

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – CORECONPR

28º PRÊMIO PARANÁ DE MONOGRAFIA

TÍTULO DA MONOGRAFIA: JUVENTUDE E FINANÇAS: a participação dos jovens de grupos católicos da cidade de Cascavel – PR no planejamento financeiro familiar.

PSEUDÔNIMO DO AUTOR: SKY

CATEGORIA:

ECONOMIA PARANAENSE (X)

ECONOMIA PURA OU APLICADA ()

SÚMARIO

RESUMO.....	iii
LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE TABELAS.....	v
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 Objetivos	3
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	5
2.1 Educação Financeira	5
2.2 A Educação Financeira no mundo e no Brasil	6
2.3 Limites ao alcance da Educação Financeira: decisões e a racionalidade econômica	9
2.4 Planejamento Financeiro e Orçamento Familiar	12
2.5 A importância da Educação Financeira para as famílias	14
2.6 Consumo e ciclo de vida financeiro	16
2.7 Crédito e endividamento	22
3 METODOLOGIA.....	24
3.1 Desenvolvimento da pesquisa	24
3.2 População e amostra	25
3.3 Procedimentos para análise de resultados.....	26
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	27
4.1 Perfil socioeconômico	27
4.2 A estrutura de gastos, crédito, endividamento e planejamento em âmbito familiar	38
4.3 Nível de Educação Financeira dos jovens católicos de Cascavel	48
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS	58
ANEXO.....	64
ANEXO A	65

RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo analisar a participação dos jovens dos grupos católicos da cidade de Cascavel no contexto das finanças familiares. Trata-se de uma pesquisa descritiva com análise bibliográfica e de campo. A coleta dos dados primários se deu por meio de um questionário estruturado, com perguntas abertas e fechadas e utilizou-se estatística descritiva para o tratamento dos mesmos. Os resultados foram analisados qualitativamente. A partir daí, observou-se que o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados caracteriza-se em sua grande maioria por uma faixa etária que vai dos 16 aos 19 anos, de sexo feminino, residentes no bairro Jardim Universitário, membros de famílias compostas por 4 pessoas, solteiros, cursam o ensino superior, trabalham com carteira de trabalho assinada e possuem uma renda mensal de um salário mínimo. Quanto ao planejamento em âmbito familiar, os resultados apontaram que 43,04% das famílias constroem um orçamento, predominantemente feito pelos pais ou responsáveis da casa, e ainda assim a maioria dos jovens disseram que seus familiares consomem o que é necessário para o momento e realizam transações tanto à vista como a prazo. Em 40,82% das famílias somente os responsáveis possuem cartão de crédito e em sua grande maioria nenhum de seus membros encontra-se em situação de endividamento ou inadimplência. Da juventude pesquisada, 48,10% afirmaram contribuir com o pagamento das despesas familiares, e para tal abrem mão de até 10% de sua renda. No que diz respeito aos jovens que não pagam nenhuma conta de sua família, a maioria deles só realiza poupança quando há sobras de recursos após o consumo, sendo o destino de sua renda principalmente para fins educacionais, como pagamento da mensalidade da faculdade e a realização de cursos. A maior parte dos entrevistados afirmou ter adquirido seus conhecimentos financeiros por meio de aprendizados com a sua família e disse não se preocupar em reservar fundos para aposentar-se. Já sobre o nível de educação financeira, a maioria dos entrevistados acertou 33,54% das questões e disseram sentir-se razoavelmente seguro para gerir suas finanças. Conclui-se que a

a juventude estudada em sua grande maioria participa do contexto financeiro familiar no sentido de responsabilizar-se pelo pagamento de despesas da residência, exerce influência nas decisões financeiras familiares, mas ainda não colabora na construção do orçamento doméstico.

Palavras-chave: educação financeira, juventude, famílias, grupos católicos de Cascavel-PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da Vida incorporando a possibilidade de endividamento dos jovens.	20
Figura 2 - Número de Pessoas por Domicílio	31
Figura 3 - Grau de escolaridade dos jovens pesquisados.	33
Figura 4 – Grau de escolaridade dos pais.	33
Figura 5 – Fonte de renda dos jovens.	34
Figura 6 - Fonte de renda das famílias dos jovens pesquisados.	36
Figura 7 – Renda pessoal e familiar dos jovens pesquisados.	37
Figura 8 – Realização de planejamento financeiro familiar.	38
Figura 9 - Participantes da elaboração orçamento familiar.	39
Figura 10 – Integrantes da família que possuem cartão de crédito.	42
Figura 11– Integrantes da família em situação de endividamento e inadimplência.	43
Figura 12 - Porcentagem da renda pessoal da juventude destinada às despesas familiares. ...	46
Figura 13 - Destinação da renda dos jovens que não auxiliam nas despesas de casa.	47
Figura 14 - Nível de conhecimento financeiro dos jovens para gerir seus recursos.	49
Figura 15 – Distribuição da preocupação com a aposentadoria.	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupo ou movimento integrado pelos jovens pesquisados	27
Tabela 2- Faixa etária dos jovens pesquisados.....	28
Tabela 3 - Região de Cascavel em que os jovens residem.....	29
Tabela 4 - Pessoas que residem com os jovens pesquisados	31
Tabela 5 - Critério para realização de compras	40
Tabela 6 - Meio de pagamento pelos jovens e suas famílias.....	40
Tabela 7 - Tempo que a família mantém seu padrão de vida quando a renda é zero.....	44
Tabela 8 - Relação das contas da família pagas pelos jovens	45
Tabela 9 - Relação das despesas dos jovens que não pagam contas da família	47
Tabela 10 - Liquidez dos investimentos	51
Tabela 11 - Uso do cartão de crédito	52
Tabela 12 - Melhor alternativa para compra de um carro para ser utilizado em 12 meses	52
Tabela 13 - Nível de Educação Financeira	53

1 INTRODUÇÃO

As transformações socioeconômicas que atingiram o Brasil a partir dos anos 2000, como a diminuição do desemprego, a mobilidade social, o aumento do consumo e da oferta de crédito, evidenciam o fato de que as pessoas necessitam saber lidar com um número crescente de informações e instrumentos financeiros, os quais produzem impactos sobre suas decisões presentes e futuras na gestão dos recursos disponíveis às famílias. Soma-se a isto, o crescente apelo ao imediatismo e ao consumo como parte preponderante do sistema capitalista em vigor, que reforçam a importância de uma população dotada de discernimento para realização de suas escolhas na busca de uma relação mais saudável com o dinheiro. É nesse sentido que a educação financeira se faz importante como um dos conhecimentos necessários para vida em sociedade e para o equilíbrio das finanças ao longo do tempo (PRADO; FAMÁ, 2016).

Os estudos a respeito da educação e planejamento financeiro vêm ganhando destaque tanto em âmbito internacional, quanto no Brasil. O interesse dos pesquisadores nessa temática, pauta-se no reconhecimento de contribuições desse conteúdo para promover maior qualidade de vida nas famílias e na sociedade como um todo, a partir da tomada de decisões econômicas e financeiras mais coerentes (BRITO et al., 2012).

No Brasil, as limitações quanto ao entendimento sobre as questões econômicas e a carência de planejamento financeiro ficam evidentes com dados levantados na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada pelo IBGE (2010), onde 75% dos brasileiros têm alguma dificuldade para finalizar o mês com a sua renda.

A Educação financeira trata-se, portanto, de um processo por meio do qual os agentes econômicos, como os consumidores e investidores, aprimoram o seu conhecimento em relação aos conceitos financeiros. Nesse sentido, deve desenvolver-se a consciência das oportunidades e riscos acerca das finanças ao se realizar determinada escolha e a maneira de como proceder para decidir de forma mais consciente, responsável e saudável (OCDE, 2005a).

Dessa maneira, a educação financeira ao despertar para a importância do planejamento familiar auxilia na tarefa de adequar a renda da família às suas necessidades, a identificar os gastos supérfluos, a organizar as compras e os investimentos futuros, permitindo assim que as pessoas consigam atingir suas metas, objetivos e, ainda, enfrentar circunstanciais dificuldades financeiras (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008).

Diante disso, é importante salientar as mudanças socioeconômicas que ocorreram no Brasil nos anos 2000. De acordo com o IBGE (2010), durante esse período o crescimento econômico anual apresentou uma taxa média superior a 3,5%, houve uma crescente concessão de crédito às pessoas físicas e o consequente alcance por parte de milhões de brasileiros, a um padrão de consumo até então inacessível. Também ocorreu nesse intervalo, o aumento da demanda por outros serviços financeiros como os dispostos pelo mercado de capitais, os seguros, a previdência complementar, a capitalização, entre outros.

Após uma década de crescimento significativo da economia, de uma ascensão econômica vivenciada pela população brasileira e de fortes incentivos ao consumo, o Brasil atravessou uma forte recessão que se iniciou em 2014, alcançando uma alta taxa de desemprego, fatos que alteraram a configuração das famílias no que diz respeito à necessidade de que um número maior de seus membros busque prover renda. Soma-se a isso, conforme salienta Marques (2012), as mudanças na estrutura das famílias brasileiras, como a queda no número de seus integrantes, a paternidade tardia, a necessidade de que pai, mãe e até mesmo os filhos ingressem no mercado de trabalho, modificou o papel exercido pelos jovens no que diz respeito à participação nas decisões financeiras na esfera familiar.

Vale acrescentar, nesse contexto, que, quando as questões pertinentes ao planejamento financeiro são tratadas em ambiente familiar, costumam existir conflitos, tendo em vista que comumente as pessoas que configuram uma mesma família encontram-se em diferentes etapas de sua vida, possuindo valores, motivações, necessidades e prioridades distintas (PRADO, 2015). Tais conflitos se mostram mais evidentes diante de uma sociedade de consumo imediato e em uma economia inserida em um contexto de restrição ao crédito, desemprego e recessão.

Diante desse quadro de modificações econômicas e sociais que atingem as famílias do Brasil, o comportamento do jovem quanto às finanças familiares sofreu alterações. De acordo com pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) e pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em outubro de 2016 com jovens entre 18 e 30 anos nas 27 capitais do país, oito em cada dez jovens brasileiros (82%), contribuem para as despesas financeiras da família, sendo que 27% dos mesmos são os principais responsáveis pela composição da renda familiar (SPC, 2017).

No que diz respeito ao conhecimento desse jovem para lidar com as responsabilidades referentes às questões financeiras, segundo a pesquisa “Comportamento dos jovens brasileiros frente ao uso do dinheiro e das finanças pessoais”, realizada pelo SPC e pelo CNDL também em outubro de 2016, a maioria dos jovens declara possuir conhecimento sobre o seu

orçamento pessoal (91,4% dos pesquisados garantem saber o valor de suas contas básicas) mas ainda assim, a cada dez entrevistados, três não realizam controle financeiro (SPC, 2017). O mesmo levantamento mapeou ainda o perfil de consumo e as despesas dos jovens sendo elas: gastos com alimentação (65,2%), TV a cabo e/ou Internet (50,%), contas de serviços básicos, como água e luz (39,0%) e gastos com telefonia, fixa ou móvel (37,4%). Quanto às formas de investimentos a poupança é a mais comum entre os entrevistados (74,1%) com larga vantagem sobre as outras modalidades: dólar (14,6%), fundos de renda fixa e fundo de ações (14,4%) e previdência privada (13,8%). Por outro lado, 22,8% dos jovens ouvidos garantem não possuir nenhum dos investimentos citados.

Nesse sentido, com o intuito de observar se essa realidade nacional está presente também no contexto regional, esse trabalho procurou identificar qual a relação que os jovens da cidade de Cascavel-PR estabelecem com as finanças de sua família. Considerando o fato de que a juventude procura reunir-se em grupos para estreitar laços sociais, optou-se pela análise dos jovens participantes de movimentos e pastorais da Igreja Católica, tendo em vista a diversidade social, de renda e de idade constatada nos mesmos e devido ao fato deles estarem distribuídos em diferentes regiões do município.

Diante do exposto, e considerando a necessidade do desenvolvimento de discussões a respeito da educação financeira no Brasil, a problemática dessa pesquisa pauta-se no seguinte questionamento: qual a participação dos jovens de grupos Católicos de Cascavel no planejamento das finanças da família?

1.1 Objetivos

Analisar a participação dos jovens dos grupos católicos da cidade de Cascavel no contexto das finanças de suas famílias.

Específicos:

- a) Identificar o perfil socioeconômico dos jovens em questão.
- b) Evidenciar a estrutura dos gastos, crédito, endividamento e planejamento em âmbito familiar.
- c) Verificar o nível de conhecimento financeiro dos jovens pesquisados.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação Financeira

A palavra “educação” tem suas origens a partir de termos latinos como por exemplo o verbo *educare* e *educere*. O primeiro tem por significado a ação de criar, amamentar e alimentar, enquanto o segundo indica conduzir, no sentido de usar a força. Sendo assim, pode-se extrair da palavra educar uma ideia que conduz à definição de ensino, de algo que leva ao crescimento de um indivíduo (SAMPAIO; SANTOS; MESQUISA, 2002).

De acordo com Ferreira (1999), a educação trata-se de um processo que visa promover o desenvolvimento das capacidades físicas, intelectuais e morais do ser humano por intermédio de métodos próprios, com o objetivo de lhe proporcionar melhor integração social. Verifica-se, portanto, que a educação deverá ser contínua, isto é, um processo em constante construção.

No que diz respeito à definição de finanças, o mesmo autor afirma que ela consiste no estudo que trata das maneiras de se administrar recursos financeiros, ou ainda, que ela indica o estado econômico de um país, instituição ou indivíduo. Já Gitman (2004, p.4) atesta que as finanças são “a arte e ciência da gestão do dinheiro”.

A educação quando voltada à área de finanças é definida por Rocha (2013, p.13) como “o conhecimento de termos financeiros, de práticas, de normas e daquilo que é necessário à compreensão e execução de atividades relacionadas ao uso do dinheiro”. Dessa maneira, a educação financeira reflete-se na gestão dos recursos financeiros.

Oliveira et al. (2014) afirmam que embora o desenvolvimento de estudos e teorias mais complexos a respeito das finanças seja recente, as preocupações acerca dos aspectos financeiros podem ser observadas ainda na Antiguidade, nos escritos de filósofos e pensadores como Aristóteles. Logo, ainda antes da existência do termo “educação financeira” as sociedades já apresentavam discussões sobre o consumo, o apego ao dinheiro e outras questões pertinentes ao estudo do campo financeiro.

A origem da palavra economia, por exemplo, vem das expressões gregas: *oikos* (que significa casa, habitação, residência) e *nomos* (maneira, costume, norma, lei, estatuto), portanto, define-se economia como “ordenação/administração/direção da casa” (PÁBON, 1967).

Já a temática “educação financeira” propriamente dita, tem as suas origens à medida que se desenvolveram o sistema capitalista e as estruturas econômicas e as instituições. O surgimento de necessidades sob a forma de produtos e serviços de infinitas variedades, aumentaram as dificuldades na gestão dos recursos financeiros que as pessoas dispõem para consumir, poupar, investir e usufruir de outros serviços. Diante disso, com vistas a solucionar essas questões acentuaram-se as discussões a respeito da educação financeira (FAVERI et al., 2012).

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2005) conceitua a Educação Financeira como um processo por meio do qual os agentes econômicos adquirem conhecimentos e instruções sobre como tomar decisões no que diz respeito às suas finanças, tornando-se mais conscientes sobre riscos e oportunidades envolvidos nos processos econômicos, e capazes de adotar medidas que melhorem o seu bem-estar financeiro. Salienta ainda o mesmo documento, que a educação financeira deve ser entendida como um processo contínuo e permanente, levando em consideração as mudanças que frequentemente ocorrem nos mercados, as diferentes necessidades dos indivíduos em cada período de seu ciclo de vida e as informações cada vez mais dispersas.

Sendo assim, de acordo com Pinheiro (2008), além de contribuir para que os indivíduos e famílias se organizem com suas finanças e objetivos, a educação financeira permite que um sistema econômico possa se estabilizar a partir das decisões de seus agentes, no que tange ao que consumir ou não para garantir o equilíbrio de suas contas.

A Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (2010) corrobora com a definição do OCDE, afirmando que a educação financeira é instrumento para formação de indivíduos comprometidos com o futuro e que, as orientações que dela advém contribuem na consolidação de uma estrutura mais segura para o desenvolvimento de um país, uma vez que retornam para as pessoas por meio de serviços mais eficientes provenientes do Estado. A partir daí se estabelece uma relação saudável dos agentes econômicos (partes) com o sistema econômico (todo).

2.2 A Educação Financeira no mundo e no Brasil

O tema “educação financeira” ganha destaque no mundo à medida que os serviços financeiros se tornam mais complexos e que a escassez de conhecimentos sobre a área por

grande parcela da população se evidencia. De acordo com Savoia, Saito e Santana (2007, p.123), “nas últimas duas décadas, três forças produziram mudanças fundamentais nas relações econômicas e sociopolíticas mundiais: a globalização, o desenvolvimento tecnológico e as alterações regulatórias e institucionais de caráter neoliberal”. Tais acontecimentos despertaram e acentuaram o interesse de estudiosos para o campo das finanças.

Quanto às experiências desenvolvidas no cenário internacional, os mesmos autores afirmam que essas ocorrem em sua grande maioria em países como os Estados Unidos e o Reino Unido, a partir de iniciativas voltadas ao meio acadêmico, tanto em nível médio, quanto em nível superior. Além disso, programas para instruir os cidadãos sobre assuntos como crédito, poupança e investimentos, com o uso de ferramentas como cartilhas, panfletos, sites e divulgação da mídia local também acontecem.

Tendo em vista a preocupação das nações com os aspectos inerentes à educação financeira, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico criou o “Financial Education Project” com o objetivo de recomendar às nações-membro a implantação de projetos para conscientização econômico-financeira dos indivíduos e, posteriormente, desenvolver técnicas que permitam a sua manutenção (OCDE, 2005b).

A trajetória que se observou para o desenvolvimento da educação financeira no Brasil aconteceu de forma peculiar. Até os anos de 1990, o que se apresentava no país sobre o assunto, eram “dicas de investimento” em produtos do mercado financeiro (compra de títulos dos bancos, de títulos públicos, ações de empresas, entre outros), as quais se destinavam principalmente às pessoas que já possuíam uma quantia significativa de recursos. Nesse momento, não havia ações que induzissem a qualquer forma de poupança, ou planejamento financeiro (ARAUJO; CALIFE, 2013).

Os mesmos autores salientam que a preocupação tardia com os aspectos que envolvem à educação financeira advém da instabilidade econômica presente no Brasil até o ano de 1994. Durante esse período, outras questões conjunturais da economia como altos índices de inflação, disponibilidade baixa de crédito e falta de informações, impediam a formação de uma cultura voltada ao planejamento financeiro, seja de curto ou de longo prazo.

Para Martins (2013), a temática começou a aparecer no Brasil, em decorrência da implementação do Plano Real e da estabilidade econômica por ele oferecida. Em seguida, o assunto ganhou espaço nos meios de comunicação como por exemplo na Folha de São Paulo, e entrou na agenda do Ministério Público Federal através do Grupo de Trabalho Sistema Financeiro Nacional da Terceira Câmara de Coordenação e Revisão. No ano de 2007, o

Governo Federal criou por meio do Grupo de Trabalho, um projeto nacional de Educação Financeira, o qual envolve além de representantes do Estado, membros da iniciativa privada. No ano de 2010, institui-se então via decreto 7.379/2010, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), momento esse em que o tema assumiu a forma de política de Estado.

A ENEF é formada por entidades públicas e privadas as quais tem por interesse a promoção da educação financeira. A sua governança é realizada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), o qual é composto pelas seguintes entidades e organizações: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Justiça e Cidadania, Ministério da Educação, Ministério da Fazenda, Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA), BMF&Bovespa, Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN).

No que diz respeito às diretrizes e objetivos da Estratégia Nacional de Educação Financeira, eles são realizados mediante gestão centralizada e ações descentralizadas. Conforme o documento elaborado pelo Departamento de Educação Financeira do Banco Central do Brasil, com a contribuição dos membros do CONEF em 2010, os programas de educação financeira estruturam-se sob a forma de rede, sendo que cada agente tem um papel específico, sempre visando promover uma cultura de educação financeira no país para que as pessoas possam ter maior acesso a informações financeiras e realizar escolhas mais coerentes. Tudo isso, colabora para a construção de um mercado financeiro mais sólido e eficiente.

O mesmo documento salienta que o CONEF conta com o auxílio da Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF), a qual trata-se de uma instância executiva da ENEF que tem por responsabilidade “conceber, planejar, estruturar, desenvolver, implementar e administrar iniciativas transversais” da mesma (BRASIL, 2010, p.9). A AEF-Brasil é composta pela ANBIMA, FEBRABAN, CNSEG e BM&FBOVESPA e não possui fins lucrativos, objetivando interações equilibradas entre os mercados e outros agentes envolvidos no processo.

Os enfoques de trabalho da ENEF são três: os programas voltados às crianças, à juventude e aos adultos. O atendimento aos dois primeiros públicos, tem como foco, o desenvolvimento de ações em escolas de ensino fundamental e médio, a partir de orientações do Ministério da Educação (MEC). Já para alcançar o público adulto, realizam-se parcerias público-privadas por meio de propostas como palestras, portais da internet, publicações,

seminários, reuniões regionais, competições, campanhas de publicidade, cursos, programas de TV, feiras, espaços culturais, entre outros (BRASIL, 2010).

De acordo com a Estratégia Nacional de Educação Financeira – ENEF (2013) e com base em levantamentos de dados realizados e disponíveis no portal “vida e dinheiro”, entre setembro e novembro de 2013, identificaram-se 803 iniciativas relacionadas ao tema. Cerca de 70% dessas ações pertencem à iniciativa privada e ao setor público. Na esfera pública foram especificadas 73 iniciativas, e dessas, 77% provém da esfera federal, desenvolvidos por instituições como o Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros Privados e os Ministérios da Fazenda e da Previdência.

A partir dessa pesquisa, o Mapeamento de Educação Financeira do Brasil (2013), classificou quatro grupos de iniciativas, sendo eles:

1. Educação Financeira para o futuro: compôs 31% da amostra e dedica-se a atividades para o ensino de crianças e jovens;
2. Democratização da Educação Financeira: representou 25% dos pesquisados e não possui um público-alvo específico. Seu principal escopo é o ensino das principais temáticas financeiras.
3. Consultorias Especializadas: configurou 24% do universo mapeado. Suas ações tratam-se da venda de consultorias e treinamentos financeiros.
4. Empresas Privadas com Foco no Mercado de Atuação: nesse grupo incluiu-se 20% dos pesquisados. Os seus programas procuram qualificar o atendimento de seus clientes e do mercado.

Esse mapeamento também identificou algumas oportunidades para o desenvolvimento de ações voltadas à educação financeira, como por exemplo, a execução de programas em locais público e de grande circulação de pessoal, com maior acesso aos cidadãos de baixa renda, o incentivo de debates sobre a importância das ações de educação financeira e à criação de indicadores para medir o resultado da adoção das iniciativas e, ainda, a associação da implementação da educação financeira à questões como a sustentabilidade, entre outras.

2. 3 Limites ao alcance da Educação Financeira: decisões e a racionalidade econômica

A educação para as finanças configura-se como uma ferramenta importante para o planejamento dos agentes econômicos, a partir da qual espera-se alcançar maior qualidade de

vida e a independência financeira. Entretanto, tal situação nem sempre é observada no cotidiano tendo em vista a existência de fatores relacionados ao comportamento humano e à questões emocionais, os quais tornam-se limitadores ao alcance da educação financeira pois interferem na tomada de decisão (GIROTTTO, et al., 2016).

Tais limites são observados devido à subjetividade presente na utilização do dinheiro, uma vez que cada ser humano possui uma história financeira, marcada por experiências que atravessam gerações e interferem nas atitudes em relação ao mesmo. Por isso, além do acesso ao conhecimento de finanças, os indivíduos necessitam identificar as razões que os levam a adotar determinados comportamentos autodestrutivos, e, partir daí encontrar novas formas de lidar e decidir sobre aspectos financeiros (KLONTZ; KLONTZ, 2011).

A que se destacar, que as decisões permeiam a vida de todas as pessoas, pois a todo momento os indivíduos necessitam optar por algo e realizar escolhas, sejam elas simples ou complexas. Mas em que consiste uma decisão? Segundo o dicionário Aurélio, o termo “decisão” pode ser definido como: “1. Ato ou efeito de decidir; resolução; determinação; deliberação. 2. Sentença, julgamento; 3. Desembaraço, disposição; coragem. 4. Capacidade de decidir”. De acordo com o mesmo autor, a “racionalidade” representa a aptidão de expressar a razão, de agir com vistas a atingir finalidades anteriormente estabelecidas, sem sofrer a interferência de ações impulsivas ou emoções.

No contexto econômico, Ferreira (2008) salienta que muitos autores consideram que todas as decisões tomadas por alguém são “econômicas”, fato que não significa que as mesmas sejam “financeiras”. Isso significa que a todo instante o homem está optando por realizar alguma coisa em detrimento de outra, fato que caracteriza a própria ciência econômica como “a ciência da escolha”, entretanto, tais decisões nem sempre envolvem propriamente o dinheiro. As mesmas envolvem, além de outras variáveis importantes como o tempo, as emoções, sentimentos e outras características próprias da raça humana.

Dentro desse contexto, Girotto et al. (2016) afirmam que sob a ótica da racionalidade, a tomada de decisão dos indivíduos é regrada pela maximização da utilidade e do bem-estar, porém, a natureza do ser humano abrange aspectos comportamentais e emocionais que alteram as suas escolhas. A partir daí, não se pode afirmar que as atitudes racionais predominem em toda decisão de uma pessoa.

Toneto et al. (2006) salientam que as decisões podem ser tomadas sob a “incerteza”, isto é, quando não se pode estimar quais as suas possíveis consequências, e, sob o “risco”, o que ocorre quando o decisor conhece as possibilidades dos resultados que poderá obter. Dessa

maneira, a tomada de decisão poderá ser compreendida por meio de modelos que possam determiná-las.

De acordo com Hastie (2001), os modelos caracterizados como normativos, perseguem a lógica de maximização da utilidade, ou seja, de que a todo momento um indivíduo age com o objetivo de minimizar as situações que lhe são indesejadas. Já os modelos descritivos, observam as decisões da perspectiva dos métodos de ação do ser humano, considerando fatores como a inacessibilidade às informações, as constantes mudanças no ambiente em que ele está inserido, bem como as suas limitações pessoais. É a partir dessas observações, que surgem diversos estudos sobre a psicologia econômica e a economia comportamental.

Ferreira (2008) define a psicologia econômica como uma área de conhecimento situada entre o campo da economia e o da psicologia que trata do estudo do comportamento econômico dos agentes enquanto indivíduos e instituições.

A mesma autora salienta que os estudos da psicologia econômica se realizam “no sentido de compreender como a economia influencia o indivíduo e, por sua vez, como o indivíduo influencia a economia, tendo como variáveis pensamentos, sentimentos, crenças, atitudes e expectativas” (FERREIRA, 2008, p. 39).

Para Barracho (2001), a psicologia econômica além de abordar aspectos que envolvem o comportamento como o consumo e a produção sob perspectivas e métodos da psicologia, tem como objetivo principal, por meio de estudos científicos, o desenvolvimento de possibilidades para os tomadores de decisão no que se refere às suas escolhas econômicas.

A economia comportamental, por sua vez, pode ser definida como “o estudo das influências cognitivas, sociais e emocionais, observadas sobre o comportamento econômico das pessoas” (SAMSON, 2015). São as pesquisas nesse campo que permitem a realização de experimentos para identificar teorias sobre a tomada de decisão dos indivíduos. O mesmo autor salienta ainda, que os desdobramentos da economia comportamental têm impactos em muitas áreas tanto do setor privado, como na formulação de políticas públicas. Os seus estudiosos, portanto, utilizam-se da psicologia para compreensão dos problemas econômicos, incluindo as às questões relacionadas às finanças.

Assim, a economia comportamental nasce a partir de insatisfações de alguns economistas com “as explicações oferecidas por sua própria disciplina para os comportamentos econômicos observados na prática” (FERREIRA, 2008, p. 66). Portanto, tal área do conhecimento busca ampliar os conceitos ortodoxos por intermédio do conhecimento do real comportamento dos agentes econômicos.

Diante disso, os estudos no campo da economia comportamental contribuem para educação financeira, pois conforme afirmam Girotto et al. (2016), o desenvolvimento de hábitos saudáveis no campo das finanças, não é consequência de aumento de renda, mas do modo como cada um estabelece a sua relação com o dinheiro e modifica alguns de seus comportamentos e ações na tomada de decisões.

2.4 Planejamento Financeiro e Orçamento Familiar

O planejamento é definido pelo dicionário Aurélio, como “ato ou efeito de planejar”; “trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados”; “processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações visando à consecução de determinados objetivos”. Isto é, o planejamento pode ser entendido como um meio através do qual determina-se de que forma se alcançam as metas pretendidas.

No que diz respeito ao planejamento financeiro, Gitman (2004), afirma que o mesmo trata-se um processo que orienta, coordena e controla as iniciativas de um agente para o alcance de seus objetivos, a partir da definição de planos e da construção de orçamentos de curto e longo prazo.

Cerbasi (2017) salienta que o planejamento das finanças se relaciona com a compreensão de qual o valor de recursos financeiros pode-se gastar no presente sem prejudicar o padrão de vida no futuro. Dessa forma, o planejamento financeiro pessoal deverá ser organizado de modo a atender as necessidades atuais e estabelecer maneiras de alcançar projetos para as próximas etapas da vida.

De acordo com Saito (2007), ao planejar as suas finanças, um indivíduo aprimora a sua capacidade financeira, de modo a tomar decisões fundamentadas e conscientes, percebendo que não basta apenas economizar recursos, mas saber em que momento e de que maneira aplica-los, para com isso, realizar não somente projetos pessoais, como também os familiares.

Dentro do ambiente familiar “grandemente caracterizado por laços de afeto, a questão financeira pode influenciar de forma negativa nas relações que se estabelecem, visto que o descontrole orçamentário e a falta de planejamento e comunicação sobre gastos são capazes de gerar desarmonia e conflitos” (ALVES, 2010, p. 12).

Diante disso, Ross, Westerfiel e Jaffe (2000) entendem o planejamento financeiro como ponto fundamental das decisões das famílias, configurando um processo formal por meio do qual os agentes envolvidos são conduzidos a rever e/ou modificar objetivos já estabelecidos e, por conseguinte, identificar o grau de endividamento, os cenários para investimentos e o recurso que não deverá ser gasto.

Para Santos e Silva (2014) o uso de ferramentas de planejamento financeiro, tais como o orçamento doméstico, se utilizados de forma coerente às necessidades familiares, contribui para a determinação de “parâmetros”, como metas de consumo, evitando gastos e tomadas de decisão referente à investimentos em períodos inadequados.

O Instituto de Estudos Financeiros (IEF), salienta que um bom planejamento financeiro familiar se inicia pela criação de um orçamento pessoal confiável, de maneira a garantir previsões com o maior grau de precisão possível. Quando o orçamento doméstico não é realizado de forma completa e verdadeira, as finanças familiares podem apontar despesas maiores do que as suas projeções, gerar desentendimento entre os membros da família e prejudicar metas e sonhos futuros.

Assim sendo, o orçamento doméstico integra o planejamento financeiro, constituindo-se como uma ferramenta para a realização das estratégias anteriormente definidas. Além disso, o mesmo “pode ser definido como uma planilha, na qual são anotados todos os gastos e despesas familiares, mesmo as variáveis e os considerados irrisórios, e tem por objetivo proporcionar um panorama geral da vida econômica e dos hábitos familiares” (HALLES; SOKOLOWSKI; HILGEMBERG, 2008, p. 2).

Viegas (2007) define o orçamento familiar como uma expressão de todas as receitas e despesas mensais, onde deverá observar se a renda é fixa e/ou variável (como comissões por exemplo) e se existe uma previsão das despesas do período em questão.

Isto posto, o orçamento familiar tem por objetivo proporcionar à família uma perspectiva de suas finanças, auxiliar na utilização consciente das receitas e também no pagamento de dívidas, sendo uma ferramenta importante para o alcance dos planos, objetivos e sonhos que envolvem toda a família (PASSOS et al., 2015).

Já para Teixeira et al. (2010), o orçamento familiar pode ser definido:

(...) como sendo a combinação de vários métodos interdisciplinares, de planejamento e controle financeiro orçamentário voltados à pessoa física. É por meio do orçamento familiar que se aprende todas as técnicas de controle, registro e verificação das receitas e despesas de uma família, além da origem e aplicação dos recursos financeiros, sabendo exatamente qual é o seu patrimônio em determinado período, bem como administrá-lo e aplicá-lo, ou quem sabe, multiplicá-lo em ativos geradores de ativos, visando atingir os objetivos almejados, sejam esses a curto, médio e longo prazo (TEIXEIRA et al., 2010, p. 28).

Sendo assim, os objetivos do orçamento familiar deverão estar de acordo com o orçamento pessoal, sendo eles, “elaborar um plano geral de operações de entradas e saídas de dinheiro para servir de base às ações da família e do indivíduo para o futuro; comparar os resultados auferidos com o plano anteriormente proposto; dar a visão do longo prazo, permitindo a sua avaliação antecipada” (BITERCOURT, 2004, p. 58).

A mesma autora ainda afirma que a construção do orçamento poderá acontecer sob qualquer forma, seja por meio de arquivos digitais (programas de computador e aplicativos) ou físicos, como cadernos, agendas, folhas, bloco de notas, diários de caixa, entre outros. A partir dessas anotações é que se dará o acompanhamento mensal, a medida em que se analisar cada um dos valores (receitas e despesas) efetuados, verificando-se a existência de conformidade com as metas anteriormente estabelecidas. Quando o orçamento se torna parâmetro para adoção de novas posturas com relação às decisões financeiras pessoais e familiares, configura-se o planejamento financeiro.

2.5 A importância da Educação Financeira para as famílias

Segundo o dicionário Michaelis, família é definida como “conjunto de pessoas, em geral ligadas por laços de parentesco, que vivem sob o mesmo teto”; “pessoas do mesmo sangue ou não, ligadas entre si por casamento, filiação, ou mesmo adoção, parentes, parentela”; “grupo de pessoas unidas por convicções, interesses ou origens comuns”.

Sob a ótica microeconômica, a família é um agente econômico que configura o sistema financeiro, ora portando-se como produtor, ora como consumidor. Da mesma forma como outros agentes da economia, as famílias estabelecem relações financeiras tendo por objetivo alcançar metas, interesses e uma maior qualidade de vida.

Isto posto, a família tem por responsabilidade garantir o bem-estar de seus membros e é dentro da sua esfera que são tomadas decisões sobre vários aspectos que envolvem as finanças, como a alimentação, a educação, investimentos, e também no que diz respeito à contribuição econômica de cada um dos familiares, ou seja, às suas fontes de rendimento (LEONE; MAIA; BALTAR, 2010).

Manfredini (2007, p. 15) salienta que “a família, sendo um agrupamento humano em que se iniciam as relações, é também o ambiente em que se aprende a lidar com o dinheiro”, e

por isso é de grande importância entender como a educação financeira acontece em âmbito familiar.

De acordo com Tobias e Cervený (2012), na família, os seus membros são considerados como partes de um sistema, onde, por meio de regras (explícitas ou implícitas) organizam-se relações de poder. A partir daí, observa-se que os indivíduos que compõem o conjunto familiar têm influência uns sobre os demais, e tais influências, apresentam-se nas decisões que se referem ao dinheiro, por vezes na maneira em que ele é utilizado, e também na importância que lhe é atribuída pelos seus membros.

As mesmas autoras, afirmam que os pais ou responsáveis pela família, preservam costumes, crenças e comportamentos, os quais são repassados para as próximas gerações, formando uma identidade familiar. A medida que a história de uma família vai construindo-se e reconstruindo-se, observam-se padrões de comportamentos que por muitas vezes não são percebidos por seus membros, inclusive no modo como eles lidam com as finanças:

Um dos assuntos que muitas vezes se torna tabu na vida familiar é o dinheiro, e o modo como lidar com ele e administra-lo pode passar para gerações futuras por meio do silêncio, do não dito ou, ainda, como assunto que não deve ser discutido. É importante averiguar se a família nuclear tende a preservar e valorizar os modelos e padrões das respectivas famílias de origem, podendo até melhorá-lo (TOBIAS; CERVENY, 2012, p. 25).

É nesse sentido que a educação financeira pode colaborar, ao demonstrar mediante o uso de ferramentas como o orçamento familiar, as receitas e despesas da família, quebrar o tabu existente sobre conversas referentes às finanças, e, revisar pensamentos, comodidades e atitudes relativos ao uso do dinheiro no presente e no futuro (SOARES; LEBOUTTE, 2007).

Tobias e Cervený (2012), afirmam que a educação financeira pode ser visualizada como treinamento para o uso do dinheiro, dentro do contexto familiar. As crianças por exemplo, ao lidar com recursos financeiros, tem a oportunidade de enfrentar situações de escolhas entre consumir e poupar. Tais experiências, permitem uma sociabilização econômica da criança com o dinheiro, tornando-se subsídios para a sua vida financeira na juventude e na fase adulta.

Para D'Aquino (2001), o objetivo da educação financeira ultrapassa as orientações e técnicas de como se utilizam recursos financeiros. Dentro do ambiente familiar, os pais (ou responsáveis) devem ensinar aos seus filhos à observação da diferença entre necessidades e desejos, fazendo-os observar o planejamento de seus gastos com base no orçamento.

A educação financeira na família, também tem por objetivo educar os membros da mesma em suas relações sociais:

A educação financeira doméstica ajuda a família a existir, pois ela tem uma vida financeira, que sem educação seria um caos. E no caos não haveria vida, finanças, controle, ordem, progresso, existência. Para tanto, a importância da educação financeira na família varia de acordo com a estrutura da família (há famílias com maior poder aquisitivo em função das rendas, e há outras com menor poder). A administração dos recursos fica naturalmente centralizada na direção dos pais (gestores da família), mas os filhos podem participar diretamente do conselho para administração de negócios da família. Enquanto os pais constroem, dirigem, possuem o poder acionário, diretor e administrativo da empresa (família), os filhos, por sua vez, fazem parte do passivo, da ouvidoria, da supervisão (eles olham, ouvem e gastam), embora a meta dos gestores seja maximizar o bem-estar da família em todos os sentidos (VALE, 2013, p. 5).

Sendo assim, a educação para as finanças deverá conduzir a família para o equilíbrio financeiro e prepara-la para lidar com possíveis emergências, sem deixar de lado os sonhos e planos futuros. Com isso, pode-se atenuar ou até mesmo evitar situações negativas com quadros de estresse, depressões, endividamento e desentendimentos familiares decorrentes do uso inadequado do dinheiro (BRUTES; SEIBERT, 2014).

Por fim, para que as lições de educação financeira tenham sucesso, o diálogo entre os membros da família é extremamente necessário, tendo em vista uma sociedade com grande apelo ao consumo, uma população diante de restrições orçamentárias, e alto índice de endividamento e processo inflacionário. Nesse sentido, é importante que todos os familiares, seja por meio de conversas sobre o dinheiro e aspectos inerentes ao mesmo, e/ou através da construção do orçamento doméstico, observem, compreendam e participem do contexto financeiro familiar (SAMBATTI; PIERUCCINI; ANTUNES, 2015).

2.6 Consumo e ciclo de vida financeiro

O consumo, em suas várias formas, configura grande parte das decisões financeiras tomadas em âmbito familiar. Do ponto de vista microeconômico, o consumo consiste em “uma escolha individual e utilitária, na convicção de que, estando o consumidor ciente dos custos e benefícios inerentes às escolhas que estão à sua disposição, optará por aquela que lhe trará maior benefício” (MOREIRA, 2011, p. 93).

O mesmo autor prossegue, afirmando que sob a ótica macroeconômica, parte do consumo agregado é observado por intermédio do consumo das famílias, o qual apresenta

relação com a renda e com a poupança. Dessa maneira, a principal variável que motiva o consumo de um agente econômico, é o seu rendimento.

John Maynard Keynes no ano de 1936, desenvolveu a função consumo, relacionando essa variável com a renda, da seguinte maneira:

O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: (i) em parte, do montante de sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii), em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que o compõem, bem como dos princípios que governam a distribuição de renda entre eles. Os motivos que impelem a gastar caracterizam-se em (...) em duas categorias, que chamaremos fatores objetivos e fatores subjetivos (KEYNES, 1985, p. 72).

Ao prosseguir a sua análise, o autor afirmou que a função consumo depende de mudanças nos fatores objetivos (como por exemplo, uma mudança na unidade salarial, uma variação na diferença entre renda e renda líquida, alterações na política fiscal, modificações das expectativas entre níveis presentes e futuros de renda) e considera os fatores subjetivos (características psicológicas do ser humano, como costumes e mudanças institucionais) como “dados complementares”, pois os últimos “apresentam poucas probabilidades de sofrer alterações ponderáveis em curto período de tempo” (KEYNES, 1985, p. 72).

Assim, ainda de acordo com Keynes (1985) a propensão marginal a consumir de um indivíduo, segue uma “lei psicológica fundamental”, onde, em média, o consumo cresce à medida que a renda cresce (porém numa proporção menor), implicando em uma propensão média decrescente. Isso ocorre por que parte desse aumento se destina à poupança. Para o autor, tal acontecimento se deve principalmente ao fato de que a renda agregada média é a principal variável determinante do consumo.

Oreiro (2003) afirma que, sob a perspectiva keynesiana, os incentivos às decisões financeiras referentes ao consumo, podem sofrer interferência e modificar-se de acordo com a destinação de renda e a classe social à qual determinada família pertence.

Entretanto, os economistas sucessores de Keynes, trazem novas contribuições aos estudos sobre o consumo, considerando outras variáveis na determinação de sua função, como a existência de *trade-offs* entre decisões de se consumir e/ou poupar no presente e no futuro, as expectativas de rendimentos (OREIRO, 2003).

Nesse sentido, Fisher (1984), em seus estudos, incorporou a taxa de juros à função consumo. Dessa forma, o consumidor ao optar entre consumir e poupar a sua renda, leva em consideração a taxa de juros corrente e a restrição em seu orçamento. Sendo assim, após observar tais variáveis e também as suas preferências de consumo, os agentes econômicos

realizam o que se chama de escolhas “intertemporais”, isto é, procuram fazer escolhas que lhe beneficiem tanto no presente quanto no futuro.

Preferência temporal, um conceito que psicologicamente é a base do juro, presta-se para expressar qualquer situação ou preferência por bens presentes em oposição a bens futuros ou preferência por bens futuros em oposição a bens presentes, ou por nenhuma preferência.[...] Se a renda é particularmente abundante no futuro, isto é, se o indivíduo espera um crescimento em seu fluxo de renda, ele estaria propenso a se comprometer a sacrificar uma soma relativamente grande nesse crescimento, quando ele se desse com o propósito de receber uma soma relativamente pequena de uma vez. [...] Por outro lado se a renda imediata é abundante, mas a renda futura escassa a relação oposta pode existir. [...] Ou seja, a preferência temporal pode não ser sempre uma preferência por bens presentes sobre bens futuros (FISHER, 1984, p. 50).

Sob essa ótica, portanto, a taxa de juros assume um papel fundamental na propensão marginal a consumir. Quando a taxa de juros se igualar a zero, as famílias sentem-se estimuladas a consumir todo o seu rendimento, e no momento em que a mesma for superior a zero, as famílias podem poupar com o objetivo de obter maior renda no futuro. Com isso “as famílias encontram as curvas de preferência¹, onde estão as combinações de consumo do presente e do futuro” (DALBOLSO et al., 2015).

Sendo assim, as famílias ao optarem por consumir determinada cesta de bens deparam-se com restrições orçamentárias, as quais existem devido ao fato de que os indivíduos dispõem de rendimentos limitados. Tais decisões econômicas são intertemporais ao passo em que envolvem análises de custos e benefícios disseminados ao longo do tempo, isto é, abrangem variáveis presentes e futuras (MURAMATSU; FONSECA, 2009).

A partir de tal observação, foi desenvolvida por Franco Modigliani na década de 1950, a Teoria do Ciclo de vida. Com ela, demonstrou-se que um indivíduo ao realizar decisões financeiras, toma por base o planejamento durante todo o horizonte de sua vida. A principal contribuição de tal estudo, foi a observação de que a renda de uma pessoa sofre alterações durante as etapas de sua vida, e, portanto, com o objetivo de manter estável o seu consumo, utiliza-se da poupança. Dessa forma, “com o objetivo de suavizar o consumo, o indivíduo deveria acumular riqueza no período de renda alta para que o mesmo não se reduzisse drasticamente nos períodos de renda baixa. Por essa razão, a poupança dependeria da idade do indivíduo” (GOMES, 2011, p. 3).

¹ As curvas de preferência ou curvas de indiferença representam todas as combinações possíveis de cestas de mercado (bens e serviços) que fornecem o mesmo nível de satisfação a um indivíduo.

Duarte (2015), salienta que a teoria em questão se baseia na premissa de que as pessoas realizam escolhas racionais no que diz respeito à forma em que alocam o seu dinheiro durante a sua trajetória de vida:

Por conta do acúmulo e deterioração gradual dos ativos ao longo da vida, os indivíduos que estão no mercado de trabalho têm a capacidade de fazer provisões para suas aposentadorias e, de forma mais geral, moldam seus padrões de consumo às suas necessidades em diferentes idades, independentemente da renda em cada uma delas. Assume-se, para cada indivíduo, que crescimentos nos recursos durante o ciclo da vida, levam a crescimentos proporcionais no consumo em todos os períodos. Tal suposição pode ser traduzida como uma proporcionalidade do consumo em relação à renda média ao longo da vida do indivíduo. A hipótese de o consumo ser entendido como constante ao longo da vida aponta para o fato de que o indivíduo não toma decisões com base em sua renda corrente, mas com base em sua renda no decorrer da vida, poupando mais em períodos de renda alta e despoupando mais em períodos de renda mais baixa, com a finalidade de manter seu consumo constante. Pelo fato de não haver fluxo de renda do trabalho na aposentadoria, o indivíduo tende a despolpar, desfazendo-se da riqueza acumulada para financiar seu consumo (DUARTE, 2015, p. 21).

Sendo assim, os consumidores objetivam garantir níveis de consumo e de poupança uniformes durante a sua existência, os quais são determinados não somente pela renda presente mas também pelas expectativas quanto aos rendimentos futuros. Dessa maneira, os indivíduos poupam durante períodos de rendimento elevado, isto é, durante a meia idade, e recorrem ao endividamento e às suas poupanças em períodos em que os rendimentos são mais baixos, ou seja, no início e depois da vida ativa (SANTOS; COSTA; TELES, 2013).

Para Sampaio (2014), uma das principais premissas deixadas pelo modelo de Modigliani consiste na preferência em manter um consumo constante durante o ciclo de vida, do que economizar totalmente os seus recursos em determinado período para consumir mais em outro. Tal ideia é proveniente “(...) da premissa que o agente é plenamente racional, e não toma decisões agindo por impulso e sim por necessidade” (SAMPAIO, 2014, p. 20).

Conforme afirmam Neri, Carvalho e Nascimento (1999), a possibilidade de adquirir dívidas no período inicial do ciclo de vida fornece uma alternativa diferente de análise dessa etapa, a de que o endividamento dos jovens pode indicar uma maneira de amenizar o seu consumo ao longo de sua existência. Essa perspectiva, considera o fato de que nessa fase, os indivíduos possuem uma renda que por via de regra é baixa, mas se esperarem uma ascensão profissional buscarão antecipar recursos futuros endividando-se no presente, conforme pode ser visualizado na Figura 1:

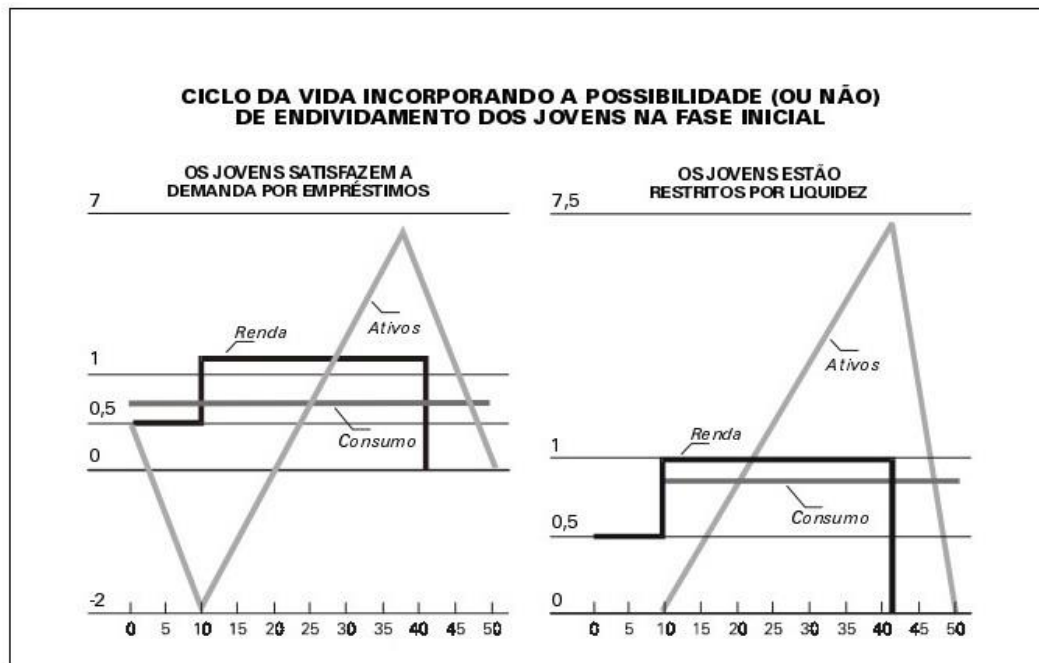


Figura 1 - Ciclo da Vida incorporando a possibilidade de endividamento dos jovens.

Fonte: Neri, Carvalho e Nascimento (1999, p. 2)

A Figura 1 demonstra duas situações, na primeira delas o jovem consegue contrair empréstimos, fato que possibilita que seu consumo seja superior à sua renda no início de sua idade ativa e com isso o indivíduo se endivida (acumula ativos negativos). Numa segunda etapa do ciclo de vida, como a renda tende a crescer, a mesma ultrapassa os empréstimos e gera-se uma sobra de recursos para realizar poupança para a aposentadoria. O segundo gráfico aponta um cenário em que os jovens se encontram restritos por liquidez, isto é, não conseguem adquirir empréstimos durante a juventude e por isso consomem toda a sua renda. Neste caso, a possibilidade de se acumular recursos só será possível quando o indivíduo atingir uma idade mais avançada, e não se espera que o mesmo realize poupança (NERI; CARVALHO; NASCIMENTO, 1999).

Já para Grando (2010), de acordo com o modelo de Modigliani a poupança de um agente econômico irá variar conforme previsão do mesmo. Assim, caso ele inicie a sua vida adulta sem acumular riquezas, o deverá fazê-lo durante sua idade produtiva, para posteriormente gastar na velhice. Isso posto, um indivíduo deve nivelar o seu consumo, de maneira a conseguir realizar poupança e acumular recursos financeiros, com o objetivo de consumir o patrimônio que entesourou na sua aposentaria.

Entretanto, as decisões intertemporais características do ciclo de vida financeira nem sempre obedecem ao princípio da racionalidade econômica. Ferreira (2008), salienta que o modelo de Modigliani tem sofrido muitas críticas devido à estudos que por exemplo identificaram que em muitos países de economia desenvolvida, pessoas aposentadas

continuarem poupando ativos. A partir daí, desenvolveram-se pesquisas que conceberam a teoria do ciclo de vida comportamental e outras teorias de viés psicológico sobre as decisões econômicas.

A teoria do ciclo de vida comportamental foi desenvolvida por Shefrin e Thaler em 1988. De acordo com esse modelo, os indivíduos não são capazes de realizar escolhas intertemporais ótimas tendo em vista a interferência de aspectos emocionais:

O modelo comportamental enfatiza três principais mudanças. Primeiramente, é introduzido o conceito de autocontrole. Essa mudança é de extrema importância pois embora um indivíduo saiba que é necessário poupar para consumir no futuro, muitas vezes ele não consegue devido à falta de autocontrole. [...] Os pesquisadores dividem os agentes em duas classes, o executor, que tem preferência pelo consumo presente ao futuro, e o planejador, que poupa e posterga a utilidade do consumo ao contrabalancear as ações prejudiciais do executor por meio de estratégias, mantendo o foco na otimização do consumo. O segundo conceito é o da fungibilidade, onde os agentes passam a observar a fonte do dinheiro para alocar no consumo, enquanto a economia clássica coloca todo o dinheiro dos agentes com a mesma propensão para o consumo. Assim, os indivíduos passam a executar diferentes contas mentais (mental accounts), expressando diferentes propensões a consumo ou poupança – um valor recorrente, como o salário, tem uma propensão a gastar menor que um bônus que o agente possa receber. As contas mentais podem ser divididas em conta corrente, renda futura e situação atual dos bens. Por último, existe o conceito de enquadramento (framing), que complementando o conceito anterior de contas mentais, os agentes alocarão seus recursos de formas diferentes, dependendo da forma em que as situações forem apresentadas (SAMPAIO, 2014, p. 27).

Já as abordagens de viés psicológico da tomada de decisão econômica têm por elemento principal a *incerteza*, isto é, baseiam-se no fato de que os eventos futuros são desconhecidos assim como as consequências financeiras a eles associadas. Diante disso, a realização de poupança de um indivíduo está relacionada com o fato de que as escolhas intertemporais, embora realizadas de forma planejada e consciente, também podem guardar acontecimentos incertos e imprevisíveis (FERREIRA, 2008).

A mesma autora salienta que diante das escolhas realizadas durante o ciclo de vida há também o fato de que as determinações individuais de uma pessoa podem colidir com diferentes aspirações de uma outra numa mesma família. Sendo assim, o planejamento financeiro doméstico deverá considerar não somente a realidade econômica em que mesma está inserida, mas também compreender que a estrutura familiar é formada por indivíduos que se encontram em diferentes etapas do ciclo de vida e que possuem diferentes prioridades e características financeiras.

2.7 Crédito e endividamento

Tanto a utilização do crédito quanto a situação de endividamento representam o pagamento por um bem e/ou serviço num período depois de se adquiri-lo. Portanto, se uma pessoa tem um crédito, significa que uma outra tem uma dívida (está em débito) para com ela (FERREIRA, 2008).

Por crédito, entende-se, conforme definição do dicionário Michaelis: 1. Confiança que inspiram as boas qualidades de uma pessoa; confiabilidade, credibilidade; 2. Boa reputação; apreço, deferência, estima; 3. Confiança na solvabilidade de alguém; 4. Bem, serviço ou quantia em dinheiro postos à disposição de alguém por empresa, loja credora, estabelecimento bancário, financeira etc., mediante quaisquer tipos de provas (carnês, letras de câmbio, notas promissórias e outros) que configuram a oficialização de um compromisso de pagamento futuro; 5. Adiantamento financeiro; 6. A importância emprestada.

A partir da utilização do crédito sob as suas várias formas, as pessoas passam a dispor de uma expansão significativa do seu poder de compra, o qual era anteriormente restringido pela renda. Com isso, e, tendo em vista os apelos ao consumo imediato e a possibilidade de adquirir bens e serviços que proporcionam visibilidade e *status* social, os indivíduos “não pensam duas vezes antes de utilizar, por diversos momentos, esses mecanismos de facilitação e acesso para adquirir tudo o que desejam para si e sua família, sem medir as possíveis consequências que isso possa ocasionar” (CHAVES, 2013, p. 6).

O crédito relaciona-se ao consumo e também à teoria do ciclo de vida financeira, ao passo em que permite aos agentes econômicos, a antecipação da aquisição de bens e serviços, financiamentos e o alcance imediato de necessidades correntes. Por conseguinte, conforme afirmam Frade e Jesus (2011), o crédito pode apresentar-se como um benefício para as famílias por lhe proporcionar a utilização no tempo presente, de rendas que as mesmas ainda virão a auferir.

Conforme afirma Lopes (2012), as maiores facilidades de acesso ao crédito ao passo em que podem ser fonte de inúmeros benefícios para os consumidores, também são capazes de serem prejudiciais, se utilizadas de forma inadequada. Se não forem empregadas de maneira consciente e planejada, as ferramentas creditícias fazem com que uma pessoa e/ou família não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, se tornando endividada.

Nesse sentido o endividamento pode ser conceituado, como uma forma de “utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades de consumo” (BORTOLUZZI, et al., 2015, p. 114). No contexto familiar, quando os membros de uma família têm gastos

superiores à sua renda, os mesmos recorrem ao uso de recursos de terceiros, fato que configura a formação de uma dívida.

Dentre os fatores que causam o endividamento das famílias, além da falta de planejamento financeiro, observam-se também aspectos psicológicos e sociais, como a compensação de desejos e a manutenção de um padrão de vida que não condiz com a sua realidade econômica, ou seja, a busca por determinado *status social* (MACEDO JR.; KOLINSKY; MORAIS, 2011).

Ferreira (2008) salienta que o endividamento se encontra no extremo oposto à poupança, fato que exemplifica uma decisão intertemporal. Ocorre que tais escolhas, de acordo com a autora, nem sempre são tomadas de forma racional no sentido de expectativas de renda futura mais alta. No cotidiano observam-se comportamentos dotados de irracionalidades, como por exemplo, erros de cálculo de custos totais do crédito, maior atenção ao valor das parcelas do que ao valor total dos bens, entre outras atitudes, provenientes (geralmente) de dificuldades com questões aritméticas.

A mesma autora afirma que pesquisas recentes indicam que os problemas com endividamento nas famílias relacionam-se em primeiro lugar com questões de natureza econômica:

[...] são famílias ou indivíduos que tem renda menor, ou estão mergulhados em situações complicadas, com maior número de filhos, emprego precário ou desemprego, não possuem casa própria, estão experimentando, ou já passaram por uma situação particularmente difícil, de saúde ou acidente, da qual não se podem recuperar. Ao lado desses fatores, porém, também é possível detectar elementos que vão além do contexto econômico, como uma maior ou menor competência para administrar o próprio dinheiro (FERREIRA, 2008, p. 244).

Ainda que elementos comportamentais e psicológicos influenciem as decisões econômicas e contribuam para o endividamento, muitas situações de dívidas pessoais e familiares, podem ser evitadas com o planejamento financeiro, que visa considerar as necessidades de consumo imediato, bem como a possibilidade da realização de poupança para alcançar os objetivos pretendidos, e consequentemente, obter maior qualidade de vida (SOARES; LEBOUTTE, 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 Desenvolvimento da pesquisa

O presente estudo enquadra-se em uma pesquisa descritiva que tem como preocupação central descrever fenômenos e características de uma população (GIL, 2010). Do ponto de vista da abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa. Quanto aos procedimentos foi realizada coleta de dados primária com os jovens de 16 a 30 anos, participantes de grupos de jovens das comunidades católicas da cidade de Cascavel, por meio da aplicação de um questionário que encontra-se no Anexo A. Também foram utilizadas informações secundárias colhidas em livros, artigos, dissertações, teses e em fontes como o portal da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Banco Central do Brasil.

O questionário utilizado foi dividido em quatro partes, as quais são compostas de questões objetivas, tendo em vista identificar os objetivos específicos do trabalho. A aplicação do instrumento ocorreu no período de setembro a outubro de 2017. Para a construção do mesmo houve embasamento nos trabalhos desenvolvidos por Claudino, Nunes e Silva (2009), Lucci et al. (2006) e Grando (2010).

A primeira parte teve como finalidade levantar dados para o perfil socioeconômico dos entrevistados, englobando as questões de 1 a 13 do Anexo A, que contém perguntas como: idade, sexo, estado civil, região de Cascavel em que reside, características de moradia e residência, escolaridade, escolaridade dos pais, fonte de renda pessoal, fonte de renda familiar, renda pessoal e renda familiar mensal.

Já a segunda parte do questionário, visou amparar as discussões sobre a estrutura de gastos, crédito, endividamento, poupança e planejamento em âmbito familiar, considerando as questões de 14 a 29 que também estão inseridas no Anexo A, nas quais os entrevistados foram questionados acerca de: planejamento financeiro familiar, influência financeira familiar, administração dos gastos da família, destino do rendimento do entrevistado, como é feito o investimento familiar do dinheiro que sobra, se há endividado ou inadimplente na família, se a família utiliza o cartão de crédito, como é feito o planejamento para compras na família, forma e meio de pagamento utilizado pela família e qual a situação de vida da família caso aconteça uma perda de total da renda mensal familiar.

Por fim, a terceira parte do instrumento, procurou abordar questões que compreendem o nível de conhecimento financeiro do entrevistado, a partir da questão 30 até a 38 do Anexo A. Os entrevistados foram questionados em relação a: conhecimentos para administração dos rendimentos, questões matemáticas que englobam gerenciamento financeiro, como o entrevistado se prepara para a aposentadoria, conhecimento acerca do rendimento e aplicação financeira, conhecimento sobre juros e formas de pagamento e uso do cartão de crédito.

3.2 População e amostra

De acordo com Vergara (2012), a população trata-se de um conjunto de elementos os quais compõem o objeto de estudo. Já a amostra corresponde a uma parte dessa população escolhida a partir de um critério estabelecido.

Na pesquisa em questão, a população estudada é composta pela juventude que participa de grupos e movimentos de jovens da Igreja Católica na cidade de Cascavel/Paraná. No que diz respeito à amostra, ela constituiu-se de 316 jovens entre 16 e 30 anos que participam dos seguintes grupos e movimentos: Grupo de Jovens Anjos do Amor, Só Por Ti Jesus, Pastoral da Juventude, Fraternidade O Caminho, Grupo de Oração Jovem Aliança, Paz e Bem, Movimento Jovem Convívio Tabor, Curso de Formação Cristã, Grupo de Oração Jovem Yeshua, Grupo de Jovens Anjos da Luz, Grupo de Adolescentes e Jovens Videiras, Grupo de Jovens Vida Nova, Grupo de Jovens JUMAC, Grupo de Adolescentes da Catedral (GRAPA), Grupo de Oração Jovem Mensageiros da Luz, Grupo de Oração Jovem Arca da Aliança, Grupo de Oração Jovem Templo Vivo, Grupo de Oração Jovem Ariel, Grupo de Oração Jovem Fonte de Água Viva, Grupo de Oração Jovem São Miguel Arcanjo, Grupo de Oração Jovem Geração Davi e Renovação Carismática Católica.

É importante salientar o fato de que os grupos estudados acontecem em diversos bairros da cidade, sendo eles: 14 de Novembro, Alto Alegre, Jardim Universitário, Jardim Consolata, Maria Luiza, São Cristóvão, Centro, Guarujá, Interlagos, Jardim Bela Vista, Pioneiros Catarinenses, Santa Cruz, Brasmadeira, Paulo Godoi, Santa Cruz, Santo Onofre e Jardim Itália, as quais apresentam diferentes configurações socioeconômicas.

Costa Neto (1977, p. 43) afirma que “nem sempre é possível se ter acesso a toda a população objeto de estudo, sendo assim é preciso dar segmento a pesquisa utilizando-se parte da população que é acessível na ocasião da pesquisa”. Tendo em vista a dificuldade de obter

uma listagem completa dos jovens participantes de movimentos da juventude em Cascavel, recorreu-se à forma de amostragem não probabilística.

Dessa maneira, a amostra do presente estudo pode ser classificada como não probabilística por conveniência, isto é, a mesma é formada por elementos sem probabilidades previamente especificadas, mas que são considerados representantes da população alvo (VERGARA, 2012).

Sendo assim, o primeiro contato com os elementos que compõem a amostra baseou-se na rede de contatos da pesquisadora, a partir dos quais conseguiu indicações de outros grupos católicos da juventude para aplicação dos questionários.

3.3 Procedimentos para análise de resultados

Após a coleta dos questionários, a tabulação e tratamento dos mesmos se deram por meio do uso do Software Microsoft Office Excel. A partir daí, foram calculadas as porcentagens de cada uma das 38 questões do instrumento do anexo A. A apresentação e análise dos dados foi estruturada nos resultados e discussões do trabalho.

No que diz respeito às perguntas para verificar qual o grau de conhecimento financeiro dos entrevistados, as quais correspondem à terceira parte do questionário do anexo A, destaca-se que estas foram corrigidas de acordo com o gabarito disponível nos trabalhos de Claudino, Nunes e Silva (2009) e Lucci et al. (2006). Com isso, observou-se qual a pontuação percentual de acertos de cada questionário aplicado e verificou-se qual o nível de entendimento dos entrevistados sobre finanças.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresentam-se os resultados da pesquisa primária, bem como as análises dos objetivos propostos no trabalho. Sendo assim, serão identificados o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados, a participação dos mesmos em decisões financeiras em âmbito familiar, seu nível de endividamento e por fim o seu o seu entendimento a respeito de conhecimento financeiro.

4.1 Perfil socioeconômico

A população estudada é composta por 316 jovens integrantes de 25 grupos, movimentos e pastorais juvenis, dispersos em várias paróquias e capelas pertencentes à Igreja Católica da Diocese de Cascavel, conforme a distribuição apresentada na Tabela 1:

Tabela 1 - Grupo ou movimento integrado pelos jovens pesquisados (continua)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Grupo ou movimento	Anjos do amor	11	3,48%
	Só Por ti Jesus	51	16,14%
	Pastoral da Juventude	5	1,58%
	Fraternidade O Caminho	4	1,27%
	Jornada Jovem	15	4,75%
	GOJ Aliança	11	3,48%
	Paz e Bem	48	15,19%
	Tabor	3	0,95%
	Curso de Formação Cristã	11	3,48%
	GOJ Yeshua	1	0,32%
	Anjos da luz	11	3,48%
	Videiras	10	3,16%
	Vida Nova	22	6,96%
	JUMAC	1	0,32%
	GOJ Israel	8	2,53%
	GRAPA	1	0,32%
	Mensageiros da luz	8	2,53%
	Arca da aliança	36	11,43%
	GOJ Templo vivo	15	4,75%

Tabela 1– Grupo ou movimento integrado pelos jovens pesquisados (conclui)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
	GOJ Ariel	8	2,53%
	Fonte de água viva	15	4,75%
	GOJ São Miguel Arcanjo	5	1,58%
	Renovação Carismática Católica (RCC)	5	1,58%
	Casa Magis Manresa	4	1,27%
	GOJ Geração Davi	7	2,22%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

A partir da pesquisa, observou-se que os grupos que se destacaram com maior número de participantes foram: Só Por Ti Jesus com 51 jovens que correspondem à 16,14% do total; Paz e Bem com 48 integrantes (15,19%); Arca da Aliança com 36 pessoas (11,43%) e Grupo Vida Nova com 22 jovens (6,96%).

No que diz respeito à idade, os movimentos e pastorais juvenis envolvem uma faixa etária variada. Para a pesquisa em questão considerou-se jovens entre 16 e 30 anos, no sentido de perceber diferentes configurações familiares. Conforme está disposto na Tabela 2, dentre os entrevistados verificou-se que a maioria tem entre 16 e 19 anos, o que caracteriza uma juventude que provavelmente é financeiramente dependente de seu pais ou responsáveis.

Tabela 2- Faixa etária dos jovens pesquisados

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Idade	16	35	11,08%
	17	54	17,09%
	18	33	10,44%
	19	29	9,18%
	20	23	7,28%
	21	18	6,01%
	22	26	8,23%
	23	22	6,96%
	24	15	4,75%
	25	18	5,70%
	26	10	3,16%
	27	6	1,90%
	28	12	3,80%
	29	4	1,27%
	30	10	3,16%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quanto à variável gênero, constatou-se a predominância do sexo feminino, as quais correspondem à 53% da amostra, enquanto 47% são do sexo masculino. Considerando que a maior parte dos jovens encontram-se distribuídos na faixa que vai dos 16 até os 20 anos de idade, a maioria dos pesquisados é solteiro alcançando um percentual de 90%, 9% são casados e apenas 1% afirmou ser divorciado.

Sobre a região em que residem, a pesquisa abrangeu muitos bairros, tendo em vista o fato de que alguns jovens frequentam movimentos de igrejas distantes de sua residência. Como resultado dessa variável, observou-se que apenas 3% dos jovens residem no centro da cidade de Cascavel, enquanto os outros 97% estão dispersos nas regiões do município indicadas na Tabela 3. Os bairros com maior concentração de jovens foram: em primeiro lugar o Jardim Universitário com 23 (7,28%) residentes, seguido pelo Alto Alegre e Jardim Guarujá com 17 (5,38%) jovens, Jardim Maria Luiza com 16 (5,06%), Santa Cruz com 15 (4,75%), Floresta com 14 (4,43%), Pioneiros Catarinenses com 13 (4,11%), 14 de Novembro e Parque São Paulo com 12 (3,80%) e Consolata com 11 (3,48%).

Tabela 3 - Região de Cascavel em que os jovens residem (continua)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Região em que reside	14 de Novembro	12	3,80%
	Vale do Sol	2	0,63%
	Parque Verde	7	2,22%
	Neva	5	1,58%
	Tropical	3	0,95%
	Santo Onofre	3	0,95%
	Centro	10	3,16%
	Região do Lago	3	0,95%
	Coqueiral	9	2,85%
	Alto Alegre	17	5,38%
	Parque São Paulo	12	3,80%
	Santa Cruz	15	4,75%
	Cancelli	4	1,27%
	Pioneiros Catarinenses	13	4,11%
	Sanga Funda	2	0,63%
	Esmeralda	4	1,27%
	Vila Tolentino	1	0,32%
	Pacaembu	3	0,95%
	Brasília	3	0,95%
	Guarujá	17	5,38%
	Riveira	1	0,32%
	Jardim Universitário	23	7,28%

Tabela 3 - Região de Cascavel em que os jovens residem (conclui)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Região em que reside	Jardim Padavoni	4	1,27%
	Nova Cidade	7	2,22%
	Presidente	1	0,32%
	Veneza	3	0,95%
	Quebec	3	0,95%
	Gramado	1	0,32%
	São Cristóvão	7	2,22%
	Cataratas	2	0,63%
	Rio do Salto	1	0,32%
	Cascavel Velho	6	1,90%
	Nova York	1	0,32%
	Santa Felicidade	7	2,22%
	Jardim União	2	0,63%
	Maria Luiza	16	5,06%
	Lago Azul	1	0,32%
	Interlagos	17	5,38%
	Periolo	2	0,63%
	Florença	1	0,32%
	Clarito	4	1,27%
	Claudete	2	0,63%
	Canadá	3	0,95%
	Bela vista	3	0,95%
	Floresta	14	4,43%
	Santa Mariana	1	0,32%
	Paulo Godoi	3	0,95%
	Cascavel Velho	2	0,63%
	Country	3	0,95%
	Brasmadeira	1	0,32%
	Tarumã	2	0,63%
	Jardim Itália	4	1,27%
	Consolata	11	3,48%
	Morumbi	1	0,32%
	Santos Dumont	1	0,32%
	Não responderam	10	3,16%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se refere a quantidade de pessoas por domicílio, notou-se que a maioria das famílias são compostas por quatro membros correspondendo a um percentual de 29,43%.

Residências onde moram apenas os jovens entrevistados somaram 3,16%, já as que residem duas pessoas totalizaram 17,09% e as com três pessoas 21,20% do todo. Famílias com cinco membros atingiram 16,46%, com seis membros 7,91%, e com sete, 4,11%. Por fim, as famílias com oito e com dez pessoas alcançaram a casa dos 0,32%, de acordo com o exposto na Figura 2.

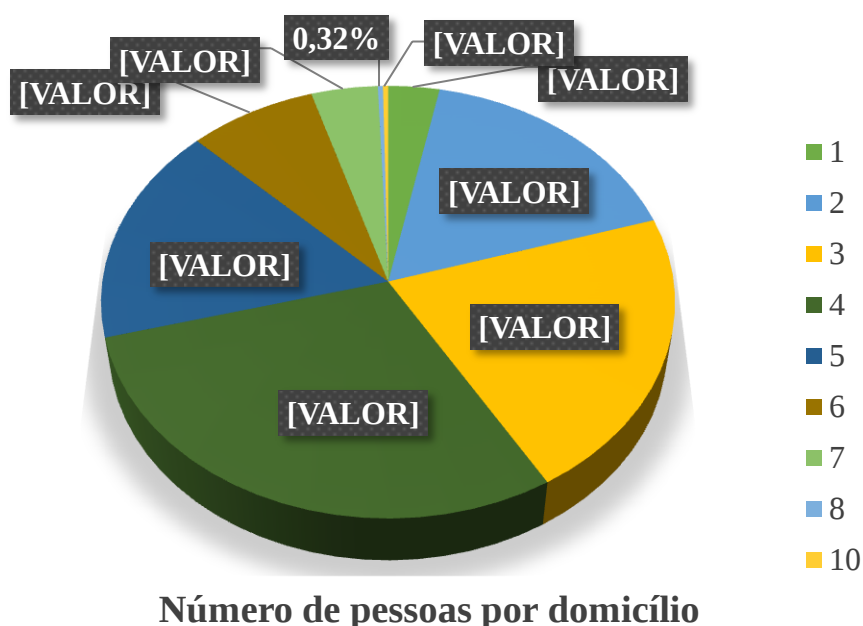


Figura 2 - Número de Pessoas por Domicílio

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Também foi questionado aos jovens pesquisados sobre quais as pessoas que residem em seus domicílios. A partir daí verificou-se diversas estruturas familiares, sendo que a maioria delas, isto é, 39,24% é composta por pai, mãe e irmão (s), enquanto 12,34% são formadas por pai e mãe, 7,28% dos jovens residem com sua mãe, 6,65% com sua mãe e irmão, 6,01% com seu esposo (a), 2,22% com amigos e 3,16% moram sozinhos. Os 25,32% pesquisados restantes apresentam configurações domiciliares variadas, as quais estão evidentes na Tabela 4:

Tabela 4 - Pessoas que residem com os jovens pesquisados (continua)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Configuração familiar por domicílio	Avôs	1	0,32%
	Mãe, irmãos, avôs e tios (as)	1	0,32%
	Mãe, irmão(as), avôs e sobrinhos (as)	1	0,32%
	Mãe, irmãos(as) e avôs	1	0,32%

Tabela 4 - Pessoas que residem com os jovens pesquisados

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Configuração familiar por domicílio	Mãe, irmãos (as), avôs e padrasto	1	0,32%
	Pai, mãe, irmão (as) e tios (as)	1	0,32%
	Tios (as) e primos (as)	1	0,32%
	Mãe, tios (as) e primos (as)	1	0,32%
	Padrasto/Madrasta	1	0,32%
	Mãe, sogro (a) e primos (as)	1	0,32%
	Pai, mãe, irmão (as) e sogro (a)	1	0,32%
	Esposo (a), padrasto e cunhado	1	0,32%
	Mãe, irmão, avôs e padrasto	1	0,32%
	Filho (a)	2	0,63%
	Avôs e tios (as)	2	0,63%
	Pai, mãe e avôs	2	0,63%
	Pai, mãe, irmão (as), avôs e primos	2	0,63%
	Mãe e avôs	2	0,63%
	Mãe, irmão (as) e tios (as)	2	0,63%
	Mãe e padrasto	2	0,63%
	Mãe, irmão (as), avôs e sogro	2	0,63%
	Tios (as)	3	0,95%
	Mãe, irmão (as) e padrasto	3	0,95%
	Avôs e sogro (a)	3	0,95%
	Irmão	4	1,27%
	Pai, mãe, irmão (as) e sobrinhos (as)	4	1,27%
	Namorado (a) /noivo (a)	4	1,27%
	Pai	5	1,58%
	Pai, mãe, irmãos (as) e avôs	6	1,90%
	Amigos (as)	7	2,22%
	Ninguém	10	3,16%
	Outros	12	3,80%
	Esposo (a)	19	6,01%
	Mãe e irmãos (as)	21	6,65%
	Mãe	23	7,28%
	Pai e mãe	39	12,34%
	Pai, mãe e irmão (as)	124	39,24%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Outra variável que configura o perfil socioeconômico da pesquisa em questão é o nível de escolaridade dos entrevistados. Conforme demonstrado na Figura 3, houve a predominância de pessoas com o Ensino Superior incompleto, com 33,54% do total da amostra, seguidos de 22,47% de jovens que afirmaram possuir Ensino Médio Completo, 20,89% com Ensino

Superior Completo, 20,57% com Ensino Médio Incompleto, 1,90% com Ensino Fundamental Incompleto e por último, apenas 0,63% de pesquisados com Ensino Fundamental Incompleto. Observa-se que os resultados desta questão se relacionam com a faixa etária predominante dos jovens pesquisados, indicando que a maioria dos participantes dos Grupos de Jovens Católicos são universitários.

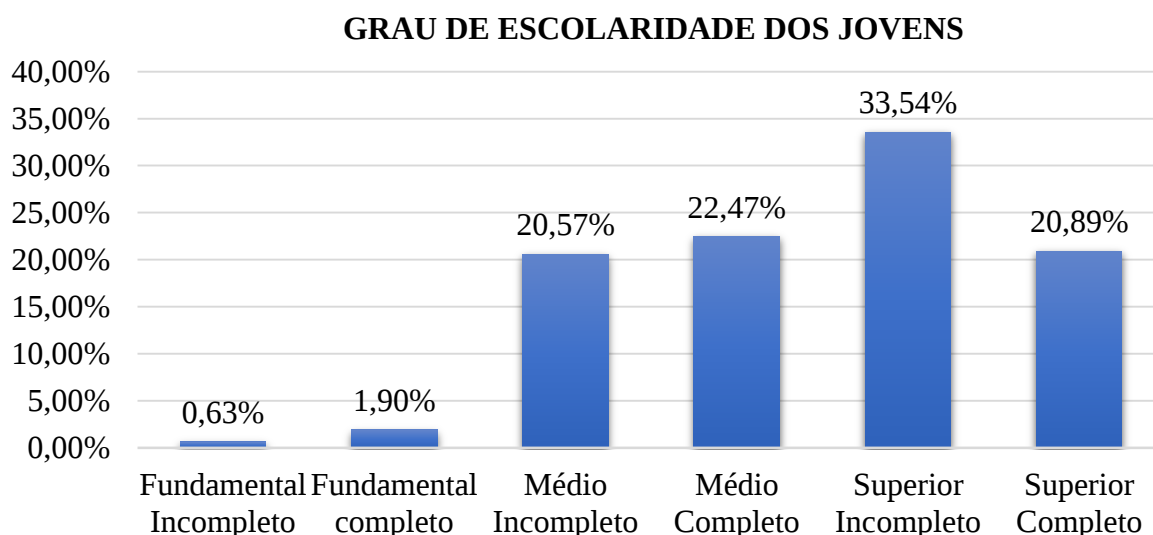


Figura 3 - Grau de escolaridade dos jovens pesquisados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ainda sobre a escolaridade, o questionário contemplou também os pais dos jovens pesquisados, cuja distribuição pode ser observada na Figura 4. Quanto a essa questão observou-se maior incidência do Ensino Médio Completo (29,43% dos respondentes) e em sequência do Ensino Fundamental Incompleto com um percentual de 19,94%. É importante salientar também que 3,32% não responderam ou não souberam informar o nível de escolaridade de seus pais.

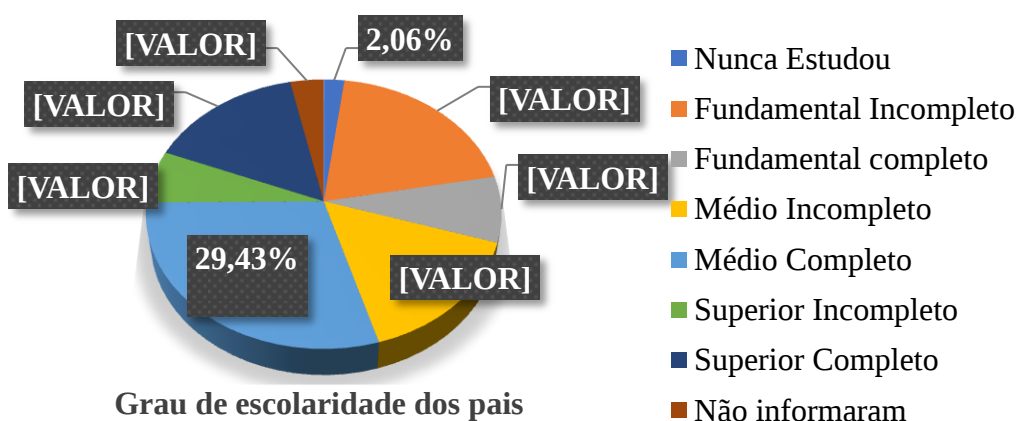


Figura 4 – Grau de escolaridade dos pais.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em sequência o questionário identificou as fontes de rendimento e também a faixa salarial da juventude pesquisada, assim como também dos familiares que com ela reside. A maior parte dos jovens católicos em questão, isto é, 45,57% deles exerce atividade formal e apenas 9,18% recebem mesada dos pais ou responsáveis. Há ainda um percentual de 15,19% que trabalha sem carteira assinada e outros 28,80% de jovens que não possui nenhuma fonte de renda, como indica-se na Figura 5:

Fonte de Renda dos Jovens

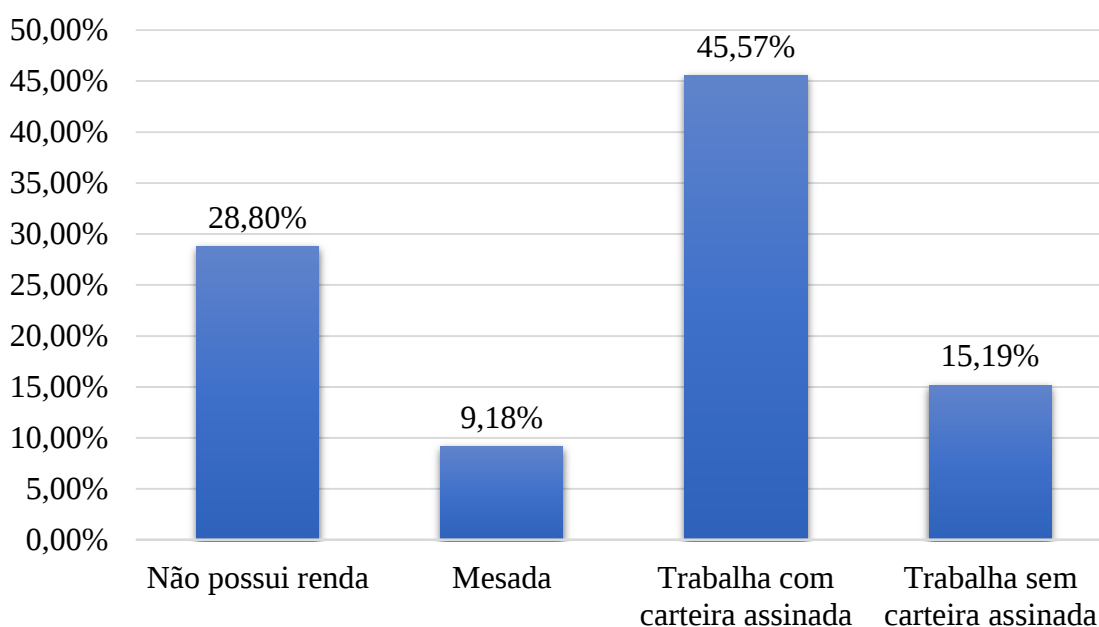


Figura 5 – Fonte de renda dos jovens.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Com base na Figura 6, a qual expressa a origem da renda familiar os resultados da pesquisa apontaram que a fonte de renda familiar predominante é o trabalho com carteira assinada que corresponde à 69,30% dos respondentes, seguido do trabalho informal (sem carteira assinada) com um percentual de 15,19%. Considerando que na amostra há famílias compostas por avôs, também aparecem nas respostas os aposentados, que somam 6,65% da amostra. Os desempregados alcançaram a casa dos 4,75%, os empresários que configuram a pesquisa são 1,90%, os autônomos 1,27%, os agricultores 0,63% e por último revelam-se 0,32% de pensionistas.

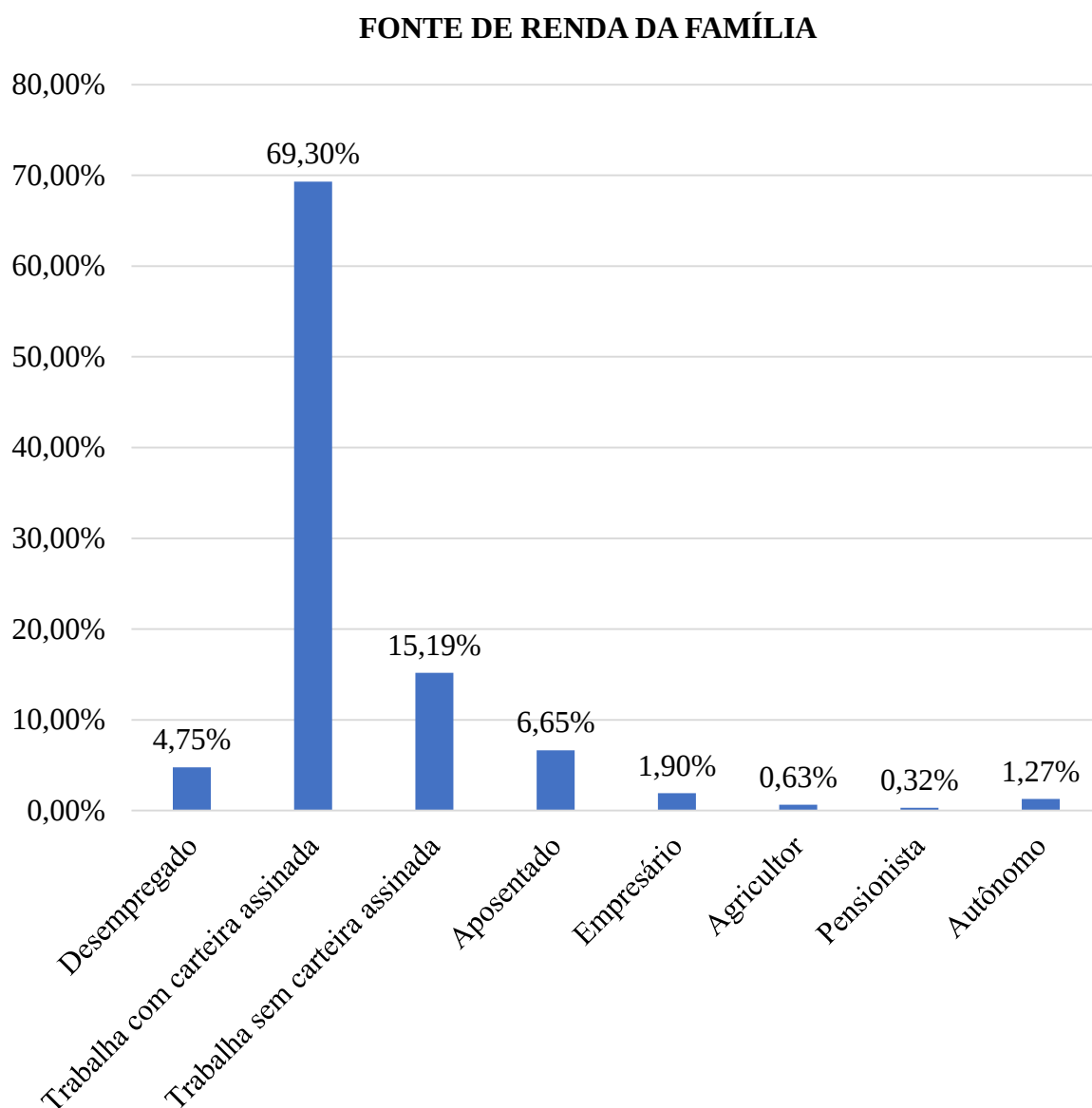


Figura 6 - Fonte de renda das famílias dos jovens pesquisados.
 Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Por fim, para completar o perfil socioeconômico da amostra estudada identificou-se a renda mensal dos jovens, como também a de suas famílias, as quais apresentam-se em conformidade com a Figura 7.

Ao se analisar as faixas de rendimento, verificou-se que 28,80 % dos pesquisados não possui renda, que consiste num percentual alto em relação ao total. A juventude com ganho de até um salário mínimo foi a que obteve o segundo maior percentual, com 25,63%, enquanto os jovens com uma receita mensal de até dois salários mínimos somaram 25%. Em sequência, os que configuram a faixa de até três salários mínimos alcançaram 10,44%, com rendimento

de até cinco salários mínimos são 5,70% e por fim, os que recebem mais de cinco salários mínimos apenas 3,16%. Os que não responderam à questão equivalem a 1,27% do todo.

Já a respeito da renda familiar a maioria das respostas, ou seja, 31,01% delas, apontaram para uma receita de até cinco salários mínimos por mês, seguidas de 22,78% com rendimento de até três salários mínimos. O montante de famílias com uma renda mais elevada, isto é, que afirmaram receber mais de cinco salários mínimos foi alto, ou seja, 21,20%. Já as que tem um ganho de até dois salários mínimos mensais, totalizaram 15,51%. Com até um salário identificam-se 5,38% do total da amostra e apenas 2,58% dos questionários indicaram famílias em que jovem pesquisado é único provedor de recursos financeiros da casa. Equivaleram a 1,27% do conjunto os que não informaram.

RENDA MENSAL

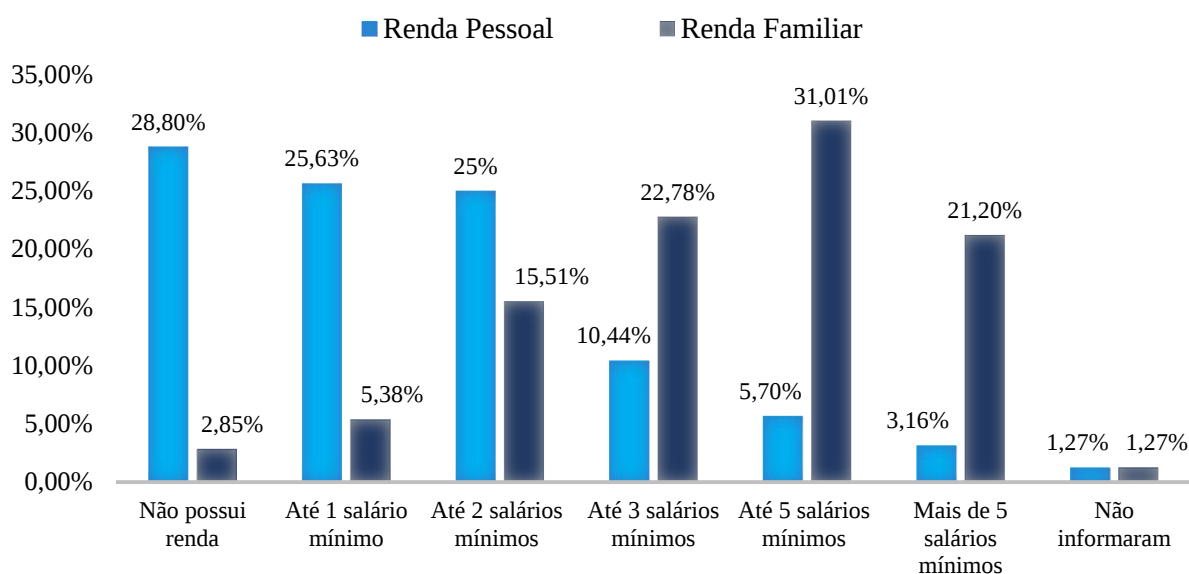


Figura 7 – Renda pessoal e familiar dos jovens pesquisados.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De forma geral, o perfil socioeconômico da juventude Católica de Cascavel, permite inferir que as suas famílias são em sua maioria, compostas por quatro membros, sendo eles, além do jovem pesquisado, o seu pai, mãe e irmão (a), as quais residem principalmente em regiões mais afastadas do centro do município. A idade média entre os entrevistados é de 19,11 anos e o gênero predominante é o feminino. A maior parte desses jovens declararam ser solteiro, cursa o terceiro grau e está no mercado de trabalho formal com uma renda mensal de um salário mínimo.

4.2 A estrutura de gastos, crédito, endividamento e planejamento em âmbito familiar

Para a compreensão de como a juventude católica de Cascavel se comporta com relação às finanças em seu meio familiar, bem como evidenciar qual a sua estrutura de gastos e seu comportamento em relação à aspectos que envolvem o crédito, utilizou-se as questões 15 à 30 do Anexo A.

Ferreira (2011) salienta que o ato de decidir torna-se sempre um desafio, uma vez que ao realizar uma escolha no presente, nem sempre se visualiza quais as suas prováveis consequências no futuro. Nesse sentido o planejamento financeiro se torna essencial para que as famílias obtenham melhor qualidade de vida ao longo do tempo, permitindo que todos os seus membros possam definir e rever tanto as prioridades pessoais quanto as familiares.

Ao serem questionados se a família realiza alguma forma de controle ou planejamento financeiro, 136 jovens responderam que sim, o que corresponde à 43,04% da amostra. Outros 31, 96%, isto é, 101 pessoas disseram que o orçamento é feito apenas às vezes. Os que afirmaram nunca elaborar organização de suas finanças somaram 25% (79 jovens), conforme Figura 8.

Realização de orçamento familiar

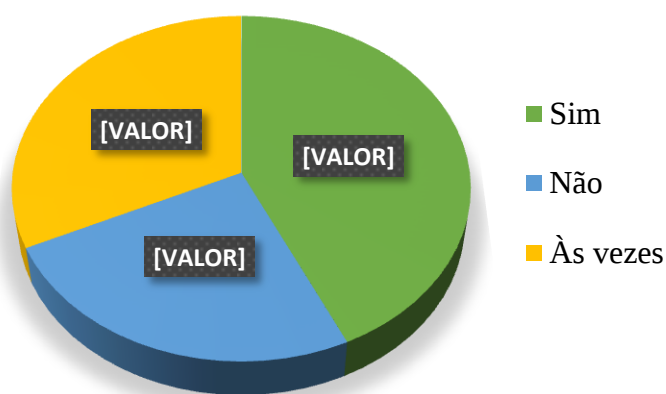


Figura 8 – Realização de planejamento financeiro familiar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em consonância com a Figura 9, a respeito dos que participam da construção do orçamento, a maioria das respostas indicou “apenas os pais ou responsáveis” com 34,49% do total (109 questionários), seguida do percentual de 26,58% (84 questionários) que certificaram que todos os residentes da casa participam do planejamento. A alternativa “todos os que tem

rendimento” foi assinalada por 77 pessoas, proporcional à 24,37% da amostra. Os casos que indicaram que apenas os jovens organizam as suas finanças alcançaram 7,28% (23 pessoas), a mesma percentagem dos pesquisados não responderam à questão.

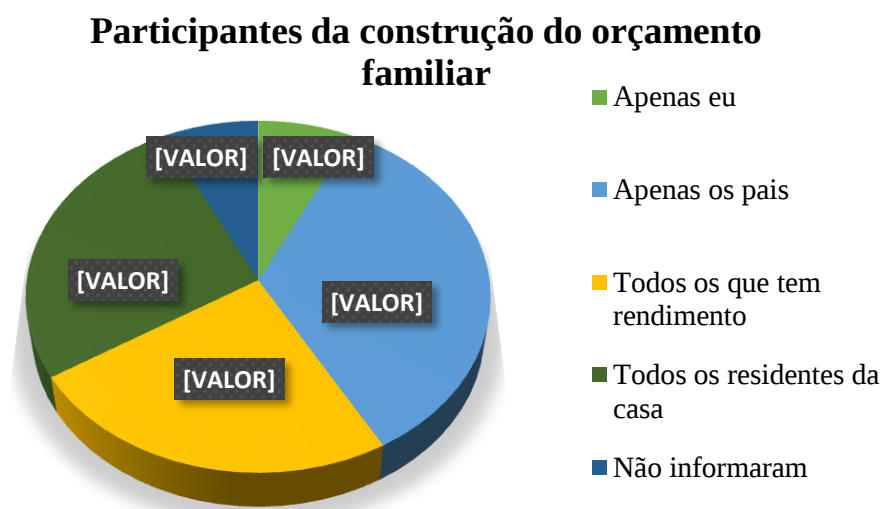


Figura 9 - Participantes da elaboração orçamento familiar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que se refere à influência em decisões relacionadas à renda na família como o consumo e o investimento, 44,94% dos entrevistados responderam que sim e 32,28% afirmaram interferir às vezes. Somaram 21,52% os que não sugestionam sobre tais questões. Os que não responderam são apenas 1,27% do total.

Ainda que em um número maior de famílias apenas os pais construam o orçamento, pode-se inferir a partir dos resultados da pesquisa que considerável parte da juventude está envolvida na vida financeira familiar. Acredita-se que as situações em que apenas os pais participam da construção do planejamento das finanças são mais frequentes devido ao fato de é consideravelmente alto, o número de jovens que ainda não tem renda, o que faz com que muitos responsáveis acreditem não ser necessária a cooperação daqueles no referido processo. Dentro desse contexto, é importante salientar conforme Soares e Leboutte (2007), que embora alguém da família precise assumir a liderança e definir responsabilidades, todos os membros da casa devem participar, inclusive os filhos, ou os esforços do planejamento poderão não alcançar os propósitos desejados.

Quando perguntados sobre os critérios pelos quais realizam compras, a maior parte dos jovens e suas famílias afirmaram comprar o que é necessário para o momento (52,53%) e

poucos disseram que esperam as promoções para adquirir bens e serviços (7,28%), conforme distribuição da Tabela 5:

Tabela 5 - Critério para realização de compras

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Critério para decisão de compras	Fazem um planejamento com antecedência	79	25,00%
	Compram o que necessário para o momento	166	52,53%
	Esperam as promoções	23	7,28%
	Depende do bem	48	15,19%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

O fato de que apenas 25% das famílias realizam planejamento para suas compras pode ser explicado não só pela sua restrição orçamentária, mas também pela chamada “memória inflacionária” proveniente da instabilidade econômica e da hiperinflação que vigorou no Brasil durante a década de 1980, e que ainda tem influência sobre o comportamento financeiro dos brasileiros. Sobre essa perspectiva, Ferreira (2008) salienta há necessidade de propostas, como programas de esclarecimento e conscientização da população a respeito de como funciona a economia em geral, assim como do comportamento econômico de seus agentes. É a partir daí que poderá se construir “novas culturas” de consumo entre as instituições familiares.

Com relação à principal forma de pagamento utilizada pelas famílias, a resposta que mais se repetiu, com 55,70% do total da amostra foi “utiliza-se compra à vista e também a prazo”. Em seguida aparece a compra à vista com um percentual de 30,38%, a compra a prazo com apenas 12,03% dos pesquisados e por fim, somaram 1,90% os que não responderam.

Já no que corresponde ao meio de pagamento mais frequente, a sua distribuição se encontra na Tabela 6, segundo a qual o dinheiro é o modo mais usual. Em segundo lugar aparece o cartão de crédito e na terceira colocação o cartão de débito, além de outras modalidades.

Tabela 6 - Meio de pagamento pelos jovens e suas famílias

(continua)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Meio de pagamento	Dinheiro	106	33,54%
	Cartão de débito	34	10,76%
	Cartão de crédito	69	21,84%

Carnê 3 0,95%

Tabela 6 – Meio de pagamento utilizado pelos jovens e suas famílias (conclui)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Meio de pagamento	Boleto	8	2,53%
	Cheque	1	0,32%
	Dinheiro, cartão de crédito e cartão de débito	22	6,96%
	Dinheiro e cartão de débito	9	2,85%
	Dinheiro, carnê, boleto e cheque	1	0,32%
	Dinheiro, cartão de crédito e boleto	6	1,90%
	Dinheiro e cartão de crédito	12	3,80%
	Dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito, carnê e boleto	4	1,27%
	Cartão de débito e cartão de crédito	9	2,85%
	Dinheiro, carnê e boleto	3	0,95%
	Dinheiro e boleto	4	1,27%
	Dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito e boleto	8	2,53%
	Dinheiro, cartão de débito e boleto	2	0,63%
	Dinheiro, cartão de débito, cartão de crédito e carnê	2	0,63%
	Dinheiro, cartão de crédito e carnê	1	0,32%
	Cartão de crédito e cheque	2	0,63%
	Dinheiro e carnê	1	0,32%
	Cartão de crédito e carnê	1	0,32%
	Não informaram	8	2,53%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre quais os familiares possuem cartão de crédito, a maioria dos entrevistados respondeu “apenas os pais ou responsáveis”, proporcional à 40,82% do todo. Um total de 27,53% dos pesquisados informou que todos os residentes da casa possuem cartão de crédito e 18,35% disseram que ninguém da família faz o uso do mesmo. As residências em que apenas os jovens comprem com tal instrumento somaram 11,71% e um total de 1,58% não informou. Pode-se inferir que a idade média da juventude que compõe a amostra, bem como o fato de que significativa parcela da mesma não possui renda (ou integra faixas salariais mais baixas) têm peso sobre o uso do cartão pelos jovens. A síntese dessa questão pode ser visualizada na Figura 10:

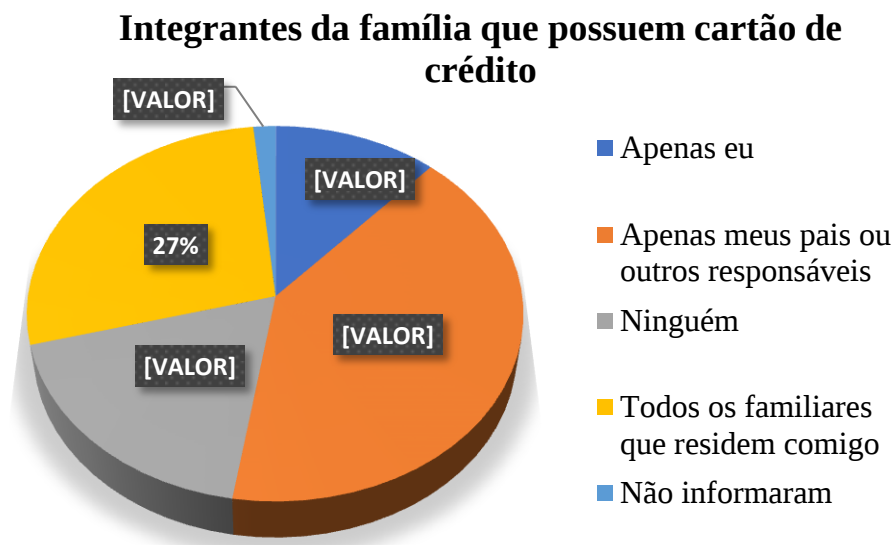


Figura 10 – Integrantes da família que possuem cartão de crédito.
 Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre o endividamento, Soares e Leboutte (2007) afirmam que o mesmo pode ser realizado de uma forma eficiente se for motivado pela satisfação de uma necessidade (ou objetivos e sonhos) e se o pagamento de suas parcelas se enquadrar em seu orçamento mensal. Os autores ainda salientam que os parcelamentos implicam em restrições nas rendas futuras e que facilmente levam a gastos excessivos e desnecessários. No tocante a esse aspecto, o resultado da pesquisa indicou uma porcentagem alta de pessoas endividadas, correspondente à 59,18% do total, distribuídos da seguinte maneira: 29,43% dos respondentes disseram que os endividados são “apenas ou pais ou outros responsáveis”, 17,09% dos pesquisados afirmaram que são “todos os residentes da casa” e outros 12,66% dos jovens disseram que apenas eles contraíram dívidas. Já a quantidade de famílias em que não há nenhum membro com compras a prazo alcançaram 38,92% do universo estudado.

Já quando se considera o problema da inadimplência, ou seja, o descumprimento das dívidas, embora a soma dos que afirmaram não existir inadimplentes na família seja a maior parte da amostra com 68,35% dos respondentes e, excluindo-se os 2,85% que não opinaram, o total de pessoas que tem parcelamentos atrasados chegou à casa dos 28,80%, divididos entre: 5,38% de respostas para apenas os jovens, 18,67% são “apenas pais ou outros responsáveis” e 4,75% consistem na alternativa “todos os familiares que residem comigo”.

Ainda que os resultados da pesquisa apontem a existência de membros endividados e inadimplentes nas famílias estudadas, os maiores percentuais observados (38,92% de endividados e 68,35% de inadimplentes) foram os das residências onde não há ninguém com dívidas. A Figura 11 ilustra a síntese de tais questões:

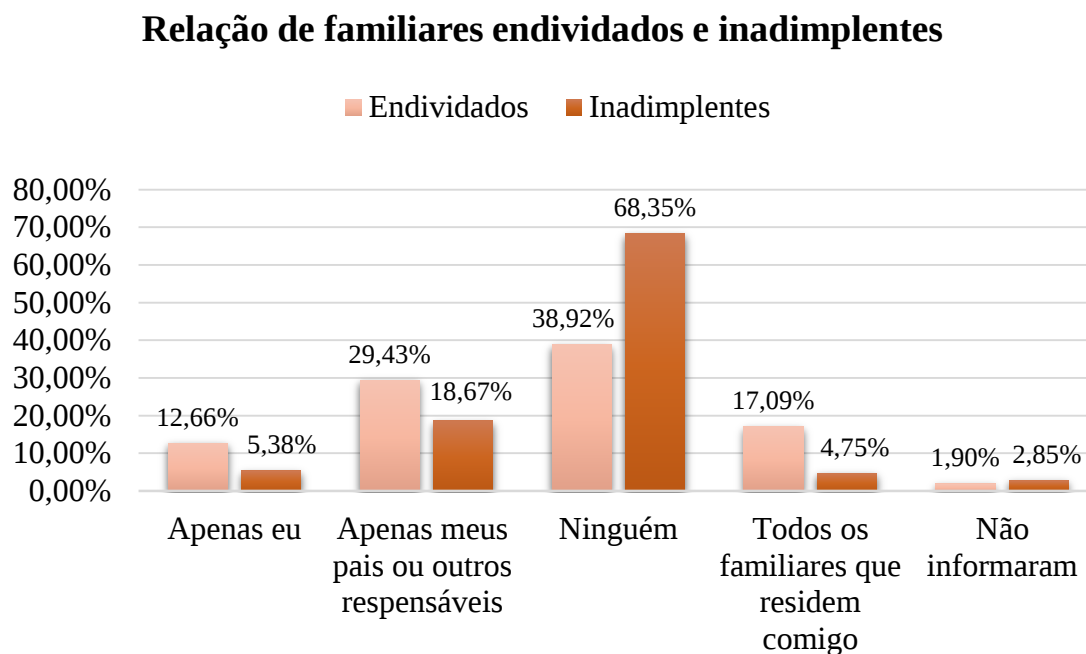


Figura 11– Integrantes da família em situação de endividamento e inadimplência.
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Conforme Tabela 7, no tocante à manutenção de padrão de vida da família caso todos os seus membros percam toda a sua renda, 42,41% das respostas indicou que ela seria possível num tempo de apenas 1 a 3 meses. Em segundo lugar, com 21,20% das respostas ficou a alternativa “nenhum mês”, seguida de jovens que afirmaram que a família consegue realizar tal feito de 4 a 6 meses. Apenas 7,91% dos pesquisados disse ser possível manter a sua estrutura de consumo por mais de doze meses. A partir de tais dados, pode-se reforçar a ideia de que a grande parte dos brasileiros não tem a cultura de poupar, não se preocupando com a criação de reservas.

Dentro desse contexto, é importante salientar sobre a criação de poupança não somente para eventuais emergências familiares, mas também para melhor gerenciamento das finanças, o que permite o alcance de metas e a realização de sonhos. A existência de uma reserva financeira também possibilita que as famílias possuam maior poder de barganha para a realização de suas compras e até aproveitem de forma mais eficiente as oportunidades de consumo que venham a aparecer.

Tabela 7 - Tempo que a família mantém seu padrão de vida quando a renda é zero

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Tempo que família consegue manter o padrão de vida quando a renda é zero	Nenhum	67	21,20%
	De 1 a 3 meses	134	42,41%
	De 4 a 6 meses	53	16,77%
	De 7 a 9 meses	15	4,75%
	De 10 a 12 meses	14	4,43%
	Mais de 12 meses	25	7,91%
	Não informaram	8	2,53%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que diz respeito a sobra de dinheiro para realização de sonhos e objetivos em âmbito familiar, os seus resultados também evidenciam o fato de que a maioria das famílias não realizam poupança. Um total de 152 jovens, que configuram 48,10% dos entrevistados disseram que o rendimento só deixa margem para reservas em alguns meses, outros 17,72% (56 pessoas) afirmaram que a renda é destinada exclusivamente para o consumo, enquanto 2,53% responderam que os seus recursos não são suficientes nem mesmo para cobrir as despesas mensais. Entre os respondentes, 30,38% indicaram que a receita familiar excede os compromissos, possibilitando a criação de um saldo para destinar à projetos e metas.

Em sequência, com vistas a entender, de maneira mais específica, como os jovens católicos se comportam com relação às finanças na esfera de sua família, lhes foi interrogado se eles são responsáveis pelo pagamento de alguma despesa de sua residência. A resposta predominante indicou que 48,10% deles auxiliam no pagamento das contas da casa. Em seguida, os que disseram ajudar somente quando é necessário somaram 14,87% e os que não arcam com nenhum gasto familiar são 35,76%. Houve ainda, 1,27% que não opinaram.

Quanto às categorias das contas pagas pelos jovens, os resultados foram bastante diversificados. Os maiores percentuais foram observados para o pagamento de “energia, água, telefone ou internet” com 27,85% da amostra e “alimentação” com um total de 10,13%. Os que não responderam são 41,46% e correspondem neste caso, tanto aos que não ajudam nas despesas da casa, quanto aos que contribuem com o valor fixo mensal, mas não pagam uma conta específica. Há ainda outros gastos, que podem ser observados na Tabela 8.

Tabela 8 - Relação das contas da família pagas pelos jovens

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Categoria da conta	Energia, água, telefone ou internet	88	27,85%
	Alimentação	32	10,13%
	Faculdade	7	2,22%
	Medicamentos	1	0,32%
	Todas	11	3,48%
	Aluguel	1	0,32%
	Combustível	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet e alimentação	31	9,81%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação, faculdade e aluguel	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação e combustível	2	0,63%
	Energia, água, telefone, internet e aluguel	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação e faculdade	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação, parcela de imóvel e condomínio	1	0,32%
	TV por assinatura, seguro e gastos com animais	1	0,32%
	Alimentação, aulas particulares	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação, TV por assinatura	1	0,32%
	Alimentação e parcela de imóvel	1	0,32%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação e aluguel	2	0,63%
	Energia, água, telefone, internet, alimentação, aluguel e netflix	1	0,32%
	Contribuem com um valor fixo ou não pagam nenhuma conta	131	41,46%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Ainda sobre as despesas da família, os jovens informaram qual a porcentagem da sua renda pessoal comprometida com a estrutura de gastos da mesma. De acordo com a Figura 12 e conforme já foi informado anteriormente, os que não contribuem são 35,76% dos pesquisados e os que não responderam equivalem à 2,53%. Os que cedem até 10% de sua renda totalizam 25,32% jovens; os que fornecem entre 10 e 30% somam 16,14%, já os que contribuem entre 30% e 50% de sua receita são 7,59% e entre 50% e 70% são 5,38%. Num

outro extremo, com um percentual 7,28%, observa-se uma juventude que destina de 70% a 100% de seu salário para as contas de sua casa.

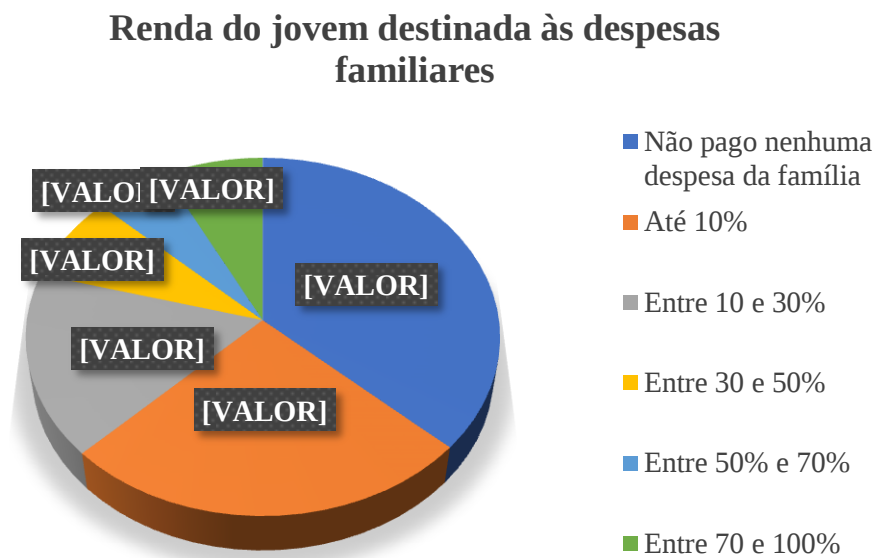


Figura 12 - Porcentagem da renda pessoal da juventude destinada às despesas familiares.
Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

No que tange à análise da juventude que não dispõe da sua renda para pagar despesas de âmbito familiar, o questionário buscou identificar qual a destinação dada a ela pelos jovens, como também a estrutura de consumo dos mesmos. Excluindo-se os que não responderam à questão por não possuírem rendimento, 97 pessoas, representando 30,70% dos pesquisados afirmou que só realiza poupança caso exista sobra dos gastos correntes. Os que gastam parte do dinheiro e guardam uma outra parte configuram 26,90% (85 indivíduos), os que consomem toda sua renda são 9,49% e por fim, apenas 2,85% guardam todo o seu dinheiro, conforme visualiza-se na Figura 13:

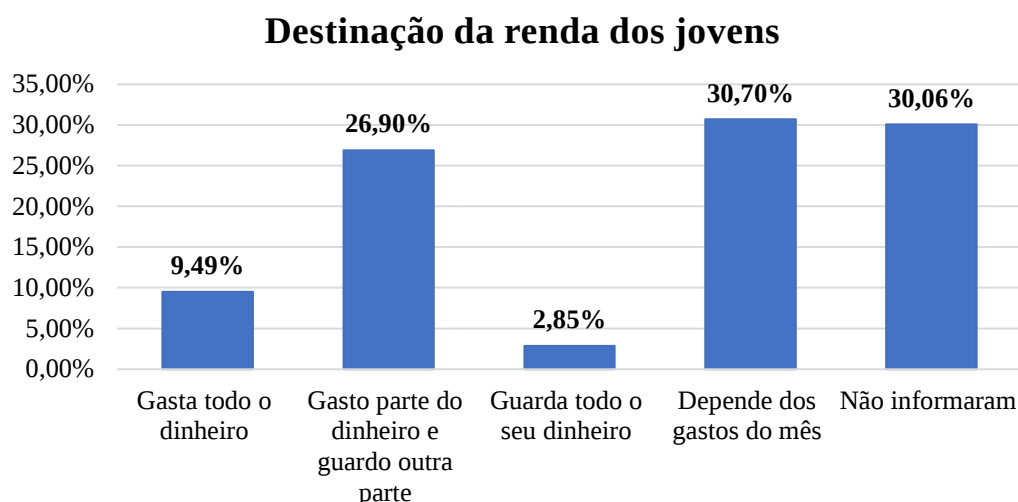


Figura 13 - Destinação da renda dos jovens que não auxiliam nas despesas de casa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre a estrutura de gastos da juventude em questão, a maioria dos jovens que não precisam pagar alguma despesa de sua casa, destina à sua renda para investimento em educação (faculdade, cursos, livros, assinaturas), correspondendo à 9,49% dos pesquisados. A segunda maior despesa é com alimentação, somando 7,59%, seguido pelo lazer (balada, cinema, shopping, eletrônicos) com 5,70%. Um total de 31,65% não responderam, o que significa que são os entrevistados que auxiliam nas despesas familiares. Outras diferentes categorias foram identificadas e encontram-se distribuídas na Tabela 9:

Tabela 9 - Relação das despesas das jovens que não pagam contas da família (continua)

Variável	Alternativa	Nº de Jovens	%
Categoria da conta	Academia (saúde e bem-estar)	4	1,27%
	Academia e combustível	1	0,32%
	Academia, lazer e educação	1	0,32%
	Alimentação	24	7,59%
	Alimentação, vale-transporte e lazer	10	3,16%
	Alimentação e educação	4	1,27%
	Alimentação e vale-transporte	5	1,58%
	Alimentação e vestuário	5	1,58%
	Alimentação lazer e educação	3	0,95%
	Alimentação, vale-transporte e vestuário	6	1,90%
	Alimentação, vale-transporte, academia, lazer, educação e combustível	1	0,32%
	Alimentação, vale-transporte, vestuário e academia	5	1,58%
	Alimentação, vale-transporte, vestuário, academia e combustível	1	0,32%
	Alimentação, vale-transporte, vestuário, academia e educação	11	3,48%
	Alimentação, vale-transporte, vestuário, academia e lazer	8	2,53%
	Alimentação, vale-transporte, vestuário, lazer e educação	6	1,90%

Alimentação, vale-transporte e vestuário	4	1,27%
Alimentação, vestuário e academia	3	0,95%
Alimentação, vestuário e educação	5	1,58%
Alimentação, vestuário, academia e combustível	1	0,32%
Alimentação, vestuário, academia e lazer	8	2,53%
Alimentação, vestuário, academia, lazer e combustível	1	0,32%
Alimentação, vestuário, lazer e educação	7	2,22%
Combustível	2	0,63%
Educação (faculdade, cursos, livros, assinaturas)	30	9,49%
Lazer (balada, cinema, shopping, eletrônicos)	18	5,70%
Parcela de Imóveis	1	0,32%
Parcela do carro	1	0,32%
Retiros e parcela do carro	2	0,63%
Vale-transporte	5	1,58%
Vale-transporte e aluguel	1	0,32%
Vale-transporte, vestuário e academia	1	0,32%
Vale-transporte, vestuário e lazer	2	0,63%

Tabela 9 - Relação das despesas dos jovens que não pagam contas da família (conclui)

Vale-transporte e vestuário	1	0,32%
Vestuário	12	3,80%
Vestuário e academia	2	0,63%
Vestuário e lazer	7	2,22%
Vestuário, academia, lazer e educação	3	0,95%
Vestuário, lazer e educação	3	0,95%
Viagens	1	0,32%
Não informaram	100	31,65%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em geral, observou-se que a maioria das famílias dos jovens pesquisados realiza orçamento financeiro, entretanto prevalecem os casos em que apenas os pais os responsáveis é que constroem o mesmo. Ainda que grande parte das famílias façam o uso de instrumentos de planejamento financeiro, foi predominante o número de jovens que afirmaram realizar compras de bens necessários para o momento. A maior parte dos entrevistados assegurou pagar alguma das despesas de sua família, sendo elas principalmente, energia, água, telefone, internet e alimentação. Além disso, os jovens que não ajudam nas despesas de sua residência, em geral, guardam dinheiro de acordo com o saldo restante dos gastos do mês.

4.3 Nível de Educação Financeira dos jovens católicos de Cascavel

A terceira e última parte do instrumento utilizado na pesquisa, teve por objetivo verificar qual é o entendimento dos jovens participantes de grupos da Igreja Católica em Cascavel sobre a Educação Financeira, bem como a sua aplicação prática.

Para Soares e Leboutte (2007), grande parte das pessoas trata das suas finanças a partir da premissa de que se deve somente gastar menos do que se ganha, porém este é apenas um dos aspectos do planejamento. A organização das finanças, devem estabelecer metas, objetivos e projetos, buscar equilíbrio financeiro e a formação de um patrimônio. Nesse sentido, o desenvolvimento de programas de educação financeira, bem como a busca por orientações e ações do gênero podem auxiliar na administração mais eficiente do dinheiro.

Sendo assim, os pesquisados foram questionados sobre como se sentem a respeito dos seus conhecimentos para gerir o seu próprio dinheiro. De acordo com os resultados encontrados 156 pessoas, as quais compõem 49,37% do todo, afirmaram sentir-se razoavelmente seguras para lidar com questões financeiras. Os que disseram que precisam saber mais sobre finanças e por isso não se sentem muito seguros sobre o assunto somam 25,63% (81 pessoas). Outros 38 jovens (12,03%) possuem conhecimentos bastante amplos sobre dinheiro e se sentem muito seguros para lidar com ele. Por fim, 32 dos entrevistados, isto é, 10,13% revelaram ser inseguros quanto à essas questões e gostariam de aprender mais sobre educação financeira, conforme exposto pela Figura 14.

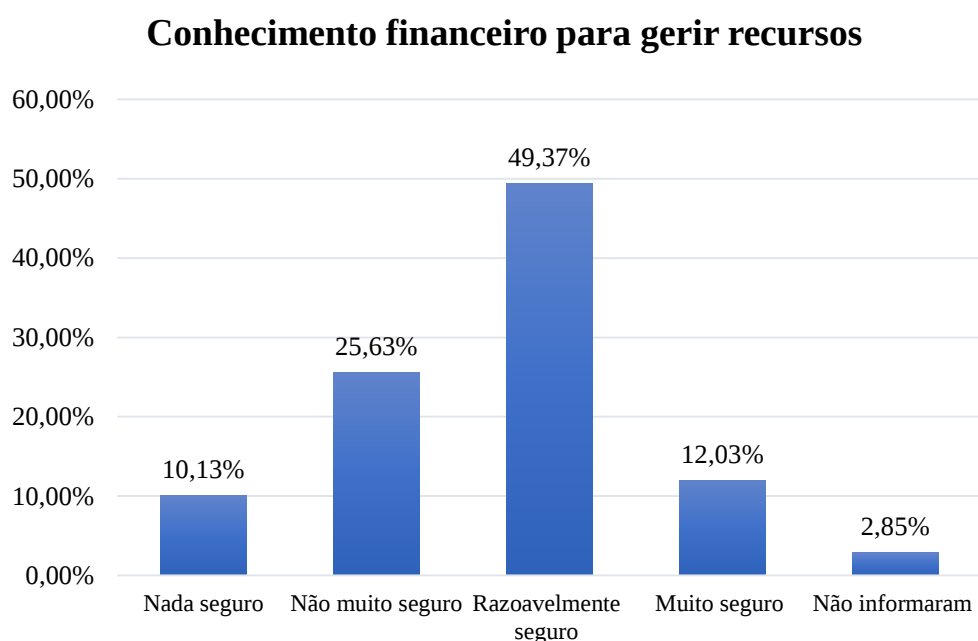


Figura 14 - Nível de conhecimento financeiro dos jovens para gerir seus recursos.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quando perguntados sobre como adquiriram os seus conhecimentos acerca das finanças, identificou-se o predomínio dos jovens que aprenderam a lidar com o dinheiro com a família, atingindo de 47,15% da amostra. Fica evidente a afirmação de Tobias e Cervený (2012), de que é a partir das relações e experiências familiares que as pessoas estabelecem diversos padrões de comportamento, inclusive os que se relacionam ao dinheiro. Assim, as influências que os membros das famílias exercem uns sobre os outros se manifestam tanto na maneira como se utiliza o dinheiro dentro desse sistema, como fora dele.

Em segundo lugar, com um percentual de 22,15% aparecem os jovens que afirmaram que a maior parte de sua instrução para lidar com o dinheiro vem de aulas na escola ou na universidade, seguido de 18,99% de pessoas que alegaram ter aprendido a gerir seus recursos por meio da experiência prática; 5,70% de informações de revistas, livros, internet, televisão e rádio; 3,60% de conversas com os amigos e 2,85% não informaram.

Em referência à aposentadoria, os jovens foram questionados sobre quais das alternativas melhor descreve a sua situação e a maioria dos pesquisados, ou seja, 41,46% deles disseram que tem planos de começar a poupar para isso. Os que responderam não se preocupar com tal assunto são 31,96% e os que já possuem um plano de previdência ou poupança para etapas futuras de seu ciclo de vida totalizam 14,87%. Apenas 2,22% dos entrevistados acredita não ser necessário guardar recursos para tal fim e as pessoas que esperam apenas depender da aposentaria do governo são 6,65%. A síntese desses resultados é ilustrada na Figura 15.

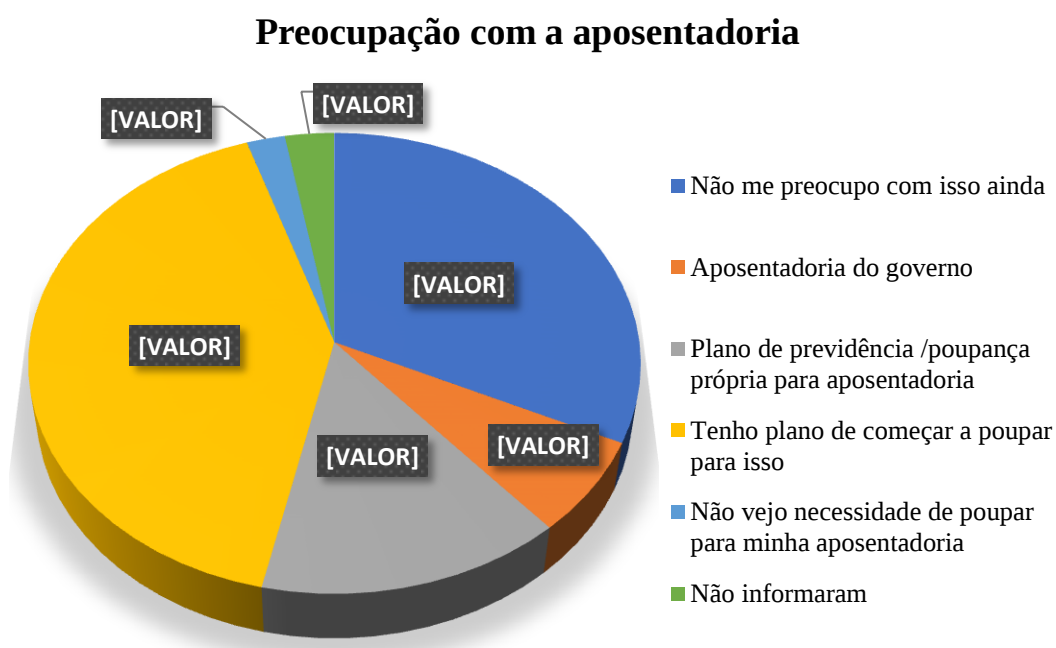


Figura 15 – Distribuição da preocupação com a aposentadoria.

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Considerando a teoria do ciclo de vida de Modigliani que atesta que as pessoas em idade ativa procuram guardar recursos durante essa fase para consumir quando não possuírem mais fontes de renda, bem como a idade média dos jovens pesquisados (19 anos) e o fato que grande parte deles já estão no mercado de trabalho e, portanto, possui rendimento, a porcentagem dos entrevistados que não se preocupam com as questões referentes à aposentaria é significativa alta, sendo necessário um trabalho de conscientização.

Ademais, a fim de avaliar o nível de conhecimento financeiro dos jovens pesquisados, foram feitas algumas questões específicas. A questão de número 34, por exemplo que relaciona com variável liquidez de recursos, foi respondida corretamente por apenas 32,59%, o que significa que 103 jovens sabem qual a aplicação que se converte mais facilmente em dinheiro, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Liquidez dos investimentos

Alternativa	Nº de Jovens	%
Poupança ou Fundos de Investimento de curto prazo	73	23,10%
Ações ou Dólar	79	25,00%
Conta corrente	39	12,34%
Bens (Carro, moto, imóvel)	103	32,59%
Não informaram	22	6,96%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Em sequência, as perguntas de número 35 e 36 relacionam-se com o uso do crédito. A primeira questionou os jovens sobre a situação de quatro personagens, sendo eles Ellen, Pedro, Luis e Nanci, quanto ao pagamento de juros. A resposta dessa questão foi acertada por 59,49% dos jovens, indicando que maioria dos pesquisados possui conhecimento sobre as despesas financeiras que incidem sobre pagamentos de faturas atrasadas.

Já a questão 36, que interrogava diretamente sobre como os jovens agem (ou agiriam, caso possuíssem) quanto à utilização do cartão de crédito, demonstrou que 75% dos que responderam à pesquisa pagam (ou pagariam) o total da fatura no vencimento e apenas 6,01% paga (ou pagaria) somente o mínimo. Os que afirmaram que pagam a parcela mínima apenas quando não restou dinheiro somaram 5,06% e, por fim, os que disseram geralmente pagar o

mínimo e por vezes pagam um pouco mais são 6,33%. A síntese da questão pode ser vista na Tabela 11.

Tabela 11 - Uso do cartão de crédito

Alternativa	Nº de Jovens	%
Pago o saldo do cartão de crédito no vencimento	237	75,00%
Pago apenas o mínimo do cartão de crédito quando estou sem dinheiro	16	5,06%
Pago mínimo todo mês, às vezes pago mais um pouco quando sobra dinheiro	20	6,33%
Sempre paga o mínimo	19	6,01%
Não informaram	24	7,59%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Quando questionados sobre em qual circunstância se pagaria um valor mais alto na compra de um carro, correspondente à questão de número 37, os jovens também apresentaram um desempenho favorável. Um percentual de 64,24% respondeu corretamente a pergunta, cuja alternativa indicava que o custo do bem seria maior caso ele fosse inteiramente financiado. Ainda assim, 18,67% apresentaram uma percepção errada, de que a realização de uma poupança durante 15 meses para pagamento à vista tornaria o preço do carro superior. Os que disseram não saber qual a situação mais vantajosa são 10,44% e 6,65% não responderam.

A última questão é semelhante à anterior e traz o seguinte contexto: se você precisasse de um carro daqui a doze meses, qual a melhor alternativa na sua visão? Conforme ilustração da Tabela 12, grande maioria dos pesquisados, que equivalem à 57,91% afirmaram que o melhor a se fazer é poupar durante alguns meses para depois comprar à vista. Em segundo lugar apareceu a opção “ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações” com 28,80% do total da amostra. Somente 7,59% dos jovens em questão escolheriam ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses.

Tabela 12 - Melhor alternativa para compra de um carro para ser utilizado em 12 meses

Alternativa	Nº de Jovens	%
Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses	24	7,59%
Poupar por alguns meses para comprá-lo à vista, sem dívida	183	57,91%
Guardar dinheiro por uns 8 meses e financiar o resto em 8 prestações	91	28,80%
Não informaram	18	5,70%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

Sobre a questão 38, pode-se inferir que embora o seu enunciado deixasse claro que o carro a ser adquirido só seria utilizado em 12 meses, os que optaram pelas alternativas de opções de parcelamento, podem ter sido influenciados pela possibilidade de antecipação do futuro por meio do crédito. Uma vez que existe a oportunidade de possuir o bem instantaneamente e considerando o apelo ao consumo imediato, as pessoas podem ser levadas a realizar compras a prazo e arcar com o pagamento de juros elevados.

Por fim, também observou-se qual o nível de Educação Financeira dos entrevistados de uma forma geral, isto é, verificou-se qual a porcentagem de questões acertada por cada um dos jovens pesquisados. Sendo assim, foram consideradas às questões 34, 35, 36, 37 e 38 às quais se encontram no terceiro bloco no anexo A. A distribuição da juventude por porcentagem de acerto das perguntas se encontra na Tabela 13:

Tabela 13 - Nível de Educação Financeira

Nº de questões acertadas	% de questões acertadas	Nº de Jovens	%
0	0%	19	6,01%
1	20%	48	15,19%
2	40%	87	27,53%
3	60%	106	33,54%
4	80%	48	15,19%
5	100%	8	2,53%

Fonte: Dados da pesquisa, 2017.

De acordo com os resultados obtidos, a maioria dos jovens que participaram da pesquisa acertaram 3 das 5 questões, o que corresponde à um nível de 60% de entendimento sobre assuntos relativos à Educação Financeira. Em segundo lugar, ficaram os que acertaram apenas 2 questões somando 27,53% dos respondentes. Tanto para os que responderam corretamente 4 perguntas ou somente 1 o percentual observado foi de 15, 19%. Os que gabaritaram esse bloco do questionário totalizaram apenas 2,53% das pessoas e, por fim, 6,01% não acertaram ou não responderam nenhum dos cinco problemas.

Considerando-se o trabalho como um todo, pode-se inferir que em geral, a juventude pesquisada possui um grau de conhecimento financeiro elevado, tendo em vista que um percentual de 51,26% acertou mais da metade das questões sobre finanças. Tal resultado pode ser sido influenciado pelo fato que é predominante na amostra os jovens que estão em idade universitária, sendo que 22,15% deles afirmaram ter adquirido a maioria de seus

conhecimentos financeiros em meios acadêmicos como escolas e universidades. O baixo número de endividado e inadimplentes entre os pesquisados e suas famílias, também pode apresentar relação com o seu nível de entendimento financeiro.

Outra correlação que pode ser estabelecida nesse trabalho, diz respeito ao comportamento de consumo dos pesquisados. Considerando que predomina na amostra o número de jovens que mora com os pais (ou com outros responsáveis) e levando em conta que de modo geral, os mesmos compreendem as noções básicas de organização financeira, esperava-se que o índice de entrevistados que realizassem poupança fosse mais elevado. Entretanto, a pesquisa revelou que os jovens em questão, em sua grande maioria, só poupam nos meses em que há sobras de sua renda.

O resultado desta questão pode ter sofrido interferência de aspectos como faixa etária dos estudados, bem como do seu nível de salário e também da necessidade de que muitos dos jovens entrevistados contribuam financeiramente para o pagamento de contas da família, como é o caso de 62,97% deles. Outro ponto da pesquisa que pode ser explicado por tais aspectos é a baixa preocupação dos jovens no que tange a sua aposentaria, ou seja, 73,42% deles não pensam sobre o assunto ou possui apenas planos de reservar fundos para a velhice.

Com base nos resultados obtidos pode-se inferir que, de maneira geral, a juventude católica da cidade de Cascavel participa das finanças familiares, realizando o pagamento de despesas da família e opinando nas decisões financeiras da mesma como o consumo e o investimento, ainda que na maioria dos casos apenas os pais construam o orçamento doméstico. Levanta-se nesse ponto a necessidade de conscientização de que todos os membros da família devem participar da construção de seu planejamento financeiro, mesmo que nem todos possuam renda (ou paguem despesas da residência), uma vez que os frutos da organização das finanças serão usufruídos por cada um deles.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de analisar a participação da juventude católica da cidade de Cascavel-PR no contexto das finanças familiares, esta pesquisa procurou num primeiro momento identificar qual o perfil socioeconômico dos jovens pesquisados.

Sendo assim, verificou-se que apenas 3% dos jovens pesquisados residem na região central da cidade, estando a maioria dispersa em vários bairros do município. Também observou-se que os grupos da juventude que mais possuem membros encontram-se nos bairros Jardim Universitário, Alto Alegre, Interlagos e Maria Luiza, o que indica que muitas pessoas participam em encontros de igrejas localizadas fora do bairro em que residem. Quanto a faixa etária dos entrevistados a sua maior concentração foi entre 16 e 19 anos e a idade média dos entrevistados foi de 19,11 anos. O gênero predominante foi o feminino e estado civil “solteiro”. A maior parte das famílias destes jovens é composta por 4 membros, sendo eles, além do entrevistado, o seu pai, mãe e irmão (a).

Constatou-se que o nível de escolaridade predominante entre os jovens em questão é o ensino superior incompleto, enquanto o de seus pais é o ensino médio completo. Desses universitários, 45,57% estão empregados formalmente no mercado de trabalho e em sua maioria possuem uma renda mensal de até um salário mínimo. Quanto à renda familiar, aparecem em maior número as famílias que têm uma receita de até cinco salários mínimos.

No que diz respeito à estrutura de gastos e considerando os jovens que afirmaram contribuir com as despesas de sua residência, a categoria de contas mais pagas por eles são as de necessidades básicas, como a energia elétrica, água, telefone e alimentação. Isso é observado até mesmo nas famílias em que a juventude ainda mora com os seus pais ou outros responsáveis. Já nos casos em que o entrevistado não se responsabiliza por despesas de sua casa, o principal destino de seus rendimentos é a educação.

Os participantes da pesquisa disseram que em suas famílias, utiliza-se tanto compras à vista como a prazo, mas o modo de pagamento predominante é o dinheiro. O cartão de crédito atingiu apenas 21,84% das famílias e as residências em que apenas os pais possuem tal ferramenta somam 40,82%. Um aspecto que vale a pena destacar neste estudo, diz respeito a maneira como a juventude demonstrou utilizar o seu cartão de crédito (ou como agiria caso possuísse): 75% dos pesquisados acertou a questão, dizendo sempre pagar o saldo do mesmo no vencimento. Pode-se inferir que tal conhecimento colaborou para que o número de jovens

(e de suas famílias) endividados observado na pesquisa fosse baixo, já que o uso incorreto de instrumentos de crédito pode levar às situações de dívidas e de inadimplência.

Os dados da pesquisa também revelaram que embora a grande maioria dos jovens afirme que a sua família realiza orçamento, muitos deles não participam dessa construção. Dentre os motivos de tal situação destacam-se à faixa etária dos jovens entrevistados, bem como seu nível de remuneração. Ainda que quase 50% dos pesquisados tenham afirmado contribuir com o pagamento das despesas da casa, o percentual dos que disseram que todos os membros da família auxiliam na construção do orçamento é de apenas 26,58%.

A informação de que 31,96% das famílias dos pesquisados só realiza o planejamento financeiro “às vezes”, chama a atenção para o fato de que a preocupação com a organização das finanças nesses casos pode estar sendo realizada apenas em situação de necessidades e crises, ou para o alcance de projetos eventuais, estabelecendo-se um comportamento de que apenas é necessário planejar-se nestes casos. Nesse ponto, salienta-se a importância de se construir o orçamento doméstico todos os meses e em conjunto com todos os familiares, de modo a fazer que isso se torne um hábito e possa garantir uma melhor qualidade de vida ao longo do tempo. Durante esse processo, devem ser consideradas as particularidades de cada indivíduo, bem como a etapa do ciclo de vida em que ele se encontra.

Outro ponto relevante desta pesquisa diz respeito ao nível de conhecimento financeiro dos entrevistados. De acordo com as respostas das questões do último bloco do instrumento do anexo A, a maioria dos amostrados demonstrou possuir mais de 60% de entendimento sobre as questões relativas à gestão do dinheiro, tais como a liquidez de investimentos, noções de crédito e pagamento de juros e preocupação com a aposentadoria.

Entretanto, com base em alguns resultados do trabalho, inferem-se que tais conhecimentos não estão sendo empregados. Ao se observar o critério para decisão de compras isso fica evidente: apenas 25% dos jovens e suas famílias relataram planejar-se com antecedência, a criação de reservas ou outros meios de garantir a aposentadoria não é efetuada por 73,42% deles, apenas 7,91% mantém reservas para eventuais emergências e conseguiria manter o seu padrão de consumo com uma renda zero por mais de 12 meses. Nesse sentido, reforça-se a ideia de que mais do que conhecer é preciso praticar.

Por isso, torna-se primordial, além de conhecimento sobre finanças, o estabelecimento de metas, planos, sonhos e uma reflexão e revisão continua sobre as atitudes e comportamentos tomados em relação ao dinheiro, no sentido de possibilitar a observação de situações que conduzem a determinadas ações que causam arrependimentos e colocam em risco a saúde financeira pessoal e familiar.

Averiguou-se, ainda, que a maior parte dos ensinamentos adquiridos pelos jovens para gerir os seus recursos advém das experiências em família, daí a importância de se enxergar a organização financeira como algo que vai além da construção do orçamento doméstico. Ou seja, é necessário falar sobre o dinheiro e sua importância no ambiente doméstico de maneira aberta e franca e quebrar tabus que envolvem a temática.

Também observou-se que a juventude estudada participa do contexto financeiro familiar no sentido de responsabilizar-se pelo pagamento de despesas da residência. Mesmo que os resultados informem que os mesmos possuam um bom conhecimento em termos financeiros e que em sua grande maioria exercem influência nas decisões de consumo e investimento no contexto familiar, existe uma lacuna no que diz respeito à sua colaboração da construção do orçamento doméstico.

Ademais, ressalta-se que a relação entre a juventude, suas finanças e educação financeira num contexto familiar devem ser entendidas como um processo que envolve o autoconhecimento, o aprendizado em termos de finanças e, por fim, a mudança de hábitos e comportamentos. A partir daí, por meio de uma gestão conjunta com a participação de todos os membros da família, poderá se construir uma relação mais saudável com o dinheiro e formar jovens mais conscientes quanto à importância de tais questões, além de se propiciar a educação financeira para gerações futuras.

Assim, espera-se que esta pesquisa venha a contribuir com as discussões sobre o tema, tendo vista que os seus resultados permitem um mapeamento da educação financeira entre os jovens do município, colaborando para que instituições como as universidades, venham a desenvolver futuras ações e trabalhos de conscientização, por meio de projetos de extensão, palestras, cursos e oficinas sobre a temática junto às comunidades.

Como sugestão para pesquisas futuras, encontra-se a possibilidade de levantamento junto a amostra pesquisada, de outros aspectos que interferem na participação e influência do jovem na vida financeira familiar, como a cultura e os costumes das famílias, as questões relacionadas à racionalidade limitada e as questões emocionais e comportamentais na tomada de decisões.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandra Batista de Melo Nobrega. **PLANEJAMENTO FINANCEIRO FAMILIAR E O ORÇAMENTO DOMÉSTICO: prática e importância em um grupo no município de Cataquases–MG.** 2010. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis), Faculdade Sudamérica, Cataquases, 2010.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, José Roberto Romeu. **Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros: volume IV.** Poá-SP: IBeGI, 2013.

BARRACHO, Carlos. **Lições de psicologia econômica.** 2001.

BITENCOURT, Cleusa Marli Gollo. **Finanças pessoais versus finanças empresariais.** 2004. 85f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

BORTOLUZZI, Daiane Antonini et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. **Perspectiva**, v. 39, n. 146, p.111-123, jun., 2015.

BRASIL. **BRASIL: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira.** 2010. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf> Acesso em: 16 jul. 2017.

BRITO, Lucas da Silva et al. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. In: SIMPÓSIO DE EXCELENCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 9., 2012, Rezende.RJ. **Anais...** Rezende: AEDB, 2016.

BRUTES, Larissa; SEIBERT, Rosane Maria. O ensino da educação financeira a jovens de escolas públicas de Santo Ângelo. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 10, n. 18, p. 174-184, 2014.

CERBASI, Gustavo. **O que é planejamento financeiro?** Disponível em: <<http://www.maisdinheiro.com.br/artigos/o-que-e-planejamento-financeiro.html>> Acesso em: 15 jul. 2017.

CHAVES, Fresley Silva. **Crédito: um estudo comparativo entre sua facilidade e o endividamento.** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/producao-academica/credito-um-estudo-comparativo-entre-sua-facilidade-e-o-endividamento/5445/>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CLAUDINO, Lucas Paravizo.; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda Cristina. **Finanças Pessoais: um estudo de caso com servidores públicos.** In: XII SEMEAD. São Paulo. **Anais...** SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO, 9., 2009 – SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://sistema.semead.com.br/12semead/resultado/trabalhosPDF/724.pdf>> Acesso em: 30 jul. 2017.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. **Estatística**. São Paulo: Edgard Blücher, 1977.

D'AQUINO, Cássia. **Educação Financeira**. Disponível em: <<http://educacaoфинeіra.com.br/index.php>>. Acesso em: 01 jul. 2017.

DALBOLSCO, Laudecir; DALBOSCO, Edinéia Zulan; PALUDO, Nadir João; FOLETTO, Paulo Renato. Micro fundamentos de consumo: uma abordagem das teorias do comportamento do consumidor. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE LA SALLE, 2015, Lucas do Rio Verde, MT. **Anais...** Lucas do Rio Verde: Faculdade La Salle, 2015.

DUARTE, Taís Gomes. **Balanceamento atuarial per capita e perfil de investimento dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar: uma aplicação da teoria do ciclo de vida com dados de painel**. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Departamento de Economia da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Mapa da Educação Financeira do Brasil**. 2013. Disponível em: <www.vidaedinheiro.gov.br/docs/RelatorioAnaliticoENEF.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2016.

ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira). **Governança da Estratégia Nacional de Educação Financeira**. 2010. Disponível em: <<http://www.vidaedinheiro.gov.br/pagina-37-governanaa.html>>. Acesso em 10 jul. 2017.

FAVERI, Dinorá Baldo De; KROETZ, Marilei; VALENTIM, Ilda; CENSI, Guilherme. Educação Financeira para Crianças. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UDESC, 8., 2012, Lages, SC. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Decisões econômicas: você já parou para pensar?** São Paulo: Évora, 2011.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Psicologia econômica: estudo do comportamento econômico e tomada de decisão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. Psicologia econômica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 47, n. 3, p. 1-4, 2007.

FRADE, Catarina; JESUS, Fernanda. Percepção do risco de crédito e endividamento sustentável. **Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea**. Porto: IS-FLUP, p. 69-82, 2011.

FISHER, Irving. **A teoria do juro**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Laurence J. **Princípios da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Adilson Wesley, 2004.

GIT/MAN, Laurence J; MADURA, Jeff. **Administração financeira: uma abordagem gerencial**. São Paulo: Pearson, 2003.

GIROTTI, Cássia; ALVES, Ana Carolina Fernandes; SAMBATTI, Andreia Polezi. Limites à Educação Financeira: uma análise da subjetividade no uso do dinheiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS: sustentabilidade em empreendimentos locais, 4., 2016, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2016.

GOMES, Fábio Augusto Reis. Evolução do consumo no Brasil: da teoria à evidência empírica. **Revista Economia e Tecnologia**, v. 7, n. 3, p. 1-12, jul./set., 2011.

GRANDO, Daniela. **Educação Financeira: uma análise dos discentes dos cursos noturnos de Administração e Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior, de Cascavel – PR** 2010. 75 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2010.

HALLES, Claudia Regina; SOKOLOWSKI, Rivelto; HILGEMBERG, Emerson Martins. O planejamento financeiro como instrumento de qualidade de vida. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO PARANÁ: ESCOLA DO GOVERNO E UNIVERSIDADES ESTADUAIS, 1., 2008, Curitiba: SETI, 2008.

HASTIE, Reid. Problems for judgment and decision making. **Annual Review of Psychology**. Palo Alto. v. 52, n. 1, p. 653-683, fev.2001.

IBGE. **POF 2010: Pesquisa de Orçamentos Familiares**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45419.pdf>. Acesso em 29 abr. 2017.

IEF – Instituto de Estudos Financeiros – Planejamento financeiro pessoal. Disponível em: <http://www.ief.com.br/bolso.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. 2. ed. São Paulo: Nova cultural, 1985.

KLONTZ, Brad; KLONTZ, Ted. **A mente acima do dinheiro: o impacto das emoções em sua vida financeira**. Osasco: Novo Século Editora, 2011.

LEONE, Eugenia Troncoso; MAIA, Alexandre Gori; BALTAR, Paulo Eduardo. Mudanças na composição das famílias e impactos sobre a redução da pobreza no Brasil. **Economia e Sociedade**, 2010. v. 1, n. 1, p. 59-77, abr., 2010.

LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. 64 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

LUCCI, Cintia Retz; ZERRENNER, Sabrina Arruda; VERRONE, Marco Antônio Guimarrães; SANTOS, Sérgio Cipriano dos. A influência da Educação Financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: IX SEMEAD. São Paulo. **Anais... SEMINÁRIO EM ADMINISTRAÇÃO**, 9 - SEMEAD. FEA-USP. São Paulo, 2006. Disponível em: http://sistema.semead.com.br/9semead/resultado_semead/trabalhosPDF/266.pdf. Acesso em: 30 jul. 2017.

MACEDO JÚNIOR, Jurandir Sell; KOLINSKY, Régine; MORAIS, José Carlos Junça de. **Finanças comportamentais: como o desejo, o poder, o dinheiro e as pessoas influenciam nossas decisões**. São Paulo: Atlas, 2011.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves. **Pais e Filhos: um estudo da educação financeira em famílias na fase de aquisição**. 2007. 200p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MURAMATSU, Roberta; FONSECA, Patrícia. Economia e psicologia na explicação da escolha intertemporal. **Revista de Economia Mackenzie**, São Paulo, v. 6, n. 6, p. 87-112, 2009.

MARQUES, Patrícia Fett de Assunção. **Influência reversa no consumo entre gerações: um estudo exploratório sobre a influência dos filhos no processo de decisão de compra das famílias**. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Porto Alegre, 2012.

MARTINS, Ana Quitéria Nunes. **A formação da Estratégia de Educação Financeira do Governo Brasileiro**. 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde) – Programa de Mestrado Profissional em Saúde Pública, Brasília, 2013.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

MOREIRA, Filipa Ramos. O consumo e o crédito na sociedade contemporânea. **Gestão e Desenvolvimento**, v. 19, p. 91-114, 2011.

NERI, Marcelo; CARVALHO, Kátia; NASCIMENTO, Mabel. **Ciclo da vida e motivações financeiras (com especial atenção aos idosos brasileiros)**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2853>>. Acesso em 20 mar. 2017.

OCDE. **Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness**. 2005. Disponível em: <<http://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/35108560.pdf>>. Acesso em: 04. dez. 2016a.

OCDE. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. 2005. Disponível em: <http://www.keepeek.com/Digital-Asset-Management/oecd/finance-and-investment/improving-financial-literacy_9789264012578-en#.WFvUqvkrLIU#page35>. Acesso em: 01. dez. 2016b.

OLIVEIRA, Anesandra Eliza; MACHADO, Flávia Fernanda da Silva; MARTINS, Júlio Cesar; SPOSITO, Richard Robson. A importância da Educação Financeira no contexto escolar e familiar: uma amostra do projeto implantado na Unespar. In: ENCONTRO PARANAENSE DE ECONOMIA, 11., 2014, Apucarana, PR. **Anais...** Apucarana: UNESPAR, 2014.

OREIRO, Flavia Dias Rangel. Os micro fundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente. **Revista de Economia**, v. 29, p. 119-139, 2003.

PABÓN, José. **Diccionario Manual Griego Clásico-Español**. Madrid: Universidade de Madrid, 1967.

PASSOS, Joicemara Aline dos. Perfil financeiro dos estudantes concluintes do curso de administração das instituições de ensino superior FALURB e UNIOESTE. In: Congresso Internacional de Negócios, 1., 2015, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2015.

PRADO, André Brisola Brito. **Educação Financeira: a visão de jovens universitários sobre as finanças familiares**. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Mestrado em Administração, São Paulo, 2015.

PRADO, André Brisola Brito; FAMÁ, Rubens. O Consumo e a importância da Educação Financeira para o Brasil. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 8, n. 1, p. 02-12, 2016.

PINDYCK, Robert Stephen; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Makron, 2002.¹

PINHEIRO, Ricardo Pena. Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão. In: REIS, Aldacir. (org.). **Fundos de Pensão e Mercados de Capital**. São Paulo: Instituto San Tiago Dantas de Direito e Economia e Editora Peixoto Neto, 2008, p. 105-121.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA, Taís Lara Gimenes de Deus. **Finanças pessoais: teste de conhecimento e aplicação em alunos concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília**. 2013. 28 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios da Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2000.

SAITO, André Taue. **Uma contribuição ao desenvolvimento da educação em finanças pessoais no Brasil**. 2007. 152 f. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2007.

SAMBATTI, Andreia Polezi; PIERUCCINI, Mariângela Alice; ANTUNES; Carla Cristiane do Nascimento. Reflexões sobre o uso da mesada como instrumento de educação financeira. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO DE NEGÓCIOS. 1., 2015, Cascavel, PR. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2015.

SAMPAIO, Lucas Marrucci. **Economia Comportamental da poupança: enigmas e perspectivas de Nudge**. 2014. 48 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Ensino e Pesquisa, São Paulo, 2014.

SAMPAIO, Carlos Magno Augusto; SANTOS, Maria do Socorro; MESQUIDA, Peri. Do Conceito de Educação à Educação no Neoliberalismo. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 3, n. 7, p. 165-178. set./dez. 2002.

SAMSON, Alain. Introdução à economia comportamental e experimental. In: ÁVILA, Flávia; BIANCHI, Ana Maria. (orgs.). **Guia de economia comportamental e experimental**. São Paulo: EconomiaComportamental.org, 2015, p. 26.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. Importância Do Planejamento Financeiro no Processo de Controle do Endividamento Familiar: Um Estudo de Caso Nas Regiões Metropolitanas Da Bahia e Sergipe. **Revista Formadores**, v. 7, n. 1, p. 05-17. Jun. 2014.

SANTOS, Ana Cordeiro; COSTA, Vânia; TELES, Nuno. A economia política do consumo e do crédito às famílias: um contributo interdisciplinar. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 101, p. 09-38, 2013.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 41, n. 6, 2007.

SOARES, Patricia Riella; LEBOUTTE, Caio. **Educação Financeira para a família**. São Paulo: All Print, 2007.

SPC – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **82% dos jovens brasileiros contribuem para o sustento da casa, indica pesquisa do SPC Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/2517>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SPC – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. **Comportamento dos jovens brasileiros frente ao uso do dinheiro e das finanças pessoais**. 2017. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/pesquisas/pesquisa/2329>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

TEIXEIRA, Aline de Oliveira; WUNDERLICH, Ana Néri Henrique; SANTOS, Fábio de Carvalho dos; FERREIRA, Rosemeire Trindade Lima. **Vantagens e desvantagens da implantação da disciplina educação financeira nas escolas de ensino médio na cidade de Pinhas-PR**. 2010. Disponível em: <http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/curitiba_educacao_financeira.pdf>. Acesso em 23 jul. 2017.

TOBIAS, Andreza Maria Neves Manfredini; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **Educação Financeira na família**. São Paulo: Roca, 2012.

TONETO, Leandro Miletto; KALIL, Lislane Lindernmeyer; MELO, Wilson Vieira; SCHNEIDER, Daniela Di Giorgio; STEIN, Lilian Milnitsky. O papel da heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos da Psicologia**. Campinas. v. 23, n. 2, p. 181-189. abr./jun. 2006.

VALE, Francisco José Mendonça do. **Educação financeira doméstica: algumas reflexões sobre a relação família e dinheiro**. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/34963856/Educacao_Financeira_Domestica_Alguas_Reflexoes_sobre_a_Relacao_Familia_e_Dinheiro.pdf>. Acesso em 28 jul. 2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração**. Atlas, 2012.

VIEGAS, Alexandre da Silva. **Gestão de orçamento familiar**. ABCustos Associação Brasileira de Custos. v. 2, n. 3. Set./Dez. 2007.

ANEXO

ANEXO A – Questionário aplicado aos participantes de grupos de jovens católicos na cidade de Cascavel-PR.

BLOCO 1: DADOS GERAIS

1. Grupo de jovens que participa (movimento):

_____.

2. **Idade:** _____.

3. **Sexo:** () M; () F.

4. **Estado civil:** () solteiro (a); () casado (a); () divorciado (a).

5. **Região (bairro) de Cascavel em que reside?** _____.

6. **Quantas pessoas moram com você?** _____.

7. **Quais pessoas residem com você?** () Pai; () Mãe; () irmão (ã); () filho (a); () esposo (a); () outros. Quais? _____.

8. **Escolaridade:** () ensino fundamental incompleto; () ensino fundamental completo; () ensino médio incompleto; () ensino médio completo; () superior incompleto; () superior completo ou mais;

9. **Escolaridade do pai e/ou responsável:** () nunca estudou; () ensino fundamental incompleto; () ensino fundamental completo; () ensino médio incompleto; () ensino médio completo; () superior incompleto; () superior completo ou mais;

10. **Escolaridade da mãe e/ou responsável:** () nunca estudou; () ensino fundamental incompleto; () ensino fundamental completo; () ensino médio incompleto; () ensino médio completo; () superior incompleto; () superior completo ou mais;

11. **Fonte de renda pessoal:** () não possui renda; () mesada; () exerce atividade remunerada com carteira assinada (ou contrato); () exerce atividade remunerada sem carteira assinada.

12. **Fonte de renda familiar:** () desemprego (a); () exerce atividade remunerada com carteira assinada (ou contrato); () exerce atividade remunerada sem carteira assinada; () aposentado (a); _____ outras. Quais? _____.

13. **Renda pessoal:** () não possui renda () até um salário mínimo (R\$ 937,00); () até dois salários mínimos (R\$ 938,00 – R\$ 1.874,00); () até três salários mínimos (R\$ 1.875,00 – R\$ 2.811,00); () até cinco salários mínimos (R\$ 2.812,00 – R\$ 4.685,00); () mais de cinco salários mínimos.

14. **Renda familiar mensal:** () não possui renda () até um salário mínimo (R\$ 937,00); () até dois salários mínimos (R\$ 938,00 – R\$ 1.874,00); () até três salários mínimos (R\$ 1.875,00 – R\$ 2.811,00); () até cinco salários mínimos (R\$ 2.812,00 – R\$ 4.685,00); () mais de cinco salários mínimos.

BLOCO 2: PARTICIPAÇÃO EM DECISÕES FINANCEIRA EM ÂMBITO FAMILIAR

15. A sua família faz alguma forma de planejamento financeiro (orçamento familiar)?

a) Sim.

- b) Não.
- c) Às vezes.

16. Quem participa da construção do orçamento familiar (caso ele seja feito)?

- a) Apenas eu.
- b) Apenas os pais.
- c) Todos os que tem rendimento.
- d) Todos os residentes da casa.

17. Ao realizar uma compra, você e sua família:

- a) Fazem um planejamento com antecedência.
- b) Compram o que necessário para o momento.
- c) Esperam as promoções.
- d) Depende do bem.
- e) Outros. _____.

18. Você influencia as decisões relacionadas à renda da família, como o consumo e investimento?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Às vezes.

19. Você é responsável por alguma (s) da (s) despesas da sua casa?

- a) Sim.
- b) Não.
- c) Somente quando é necessário.

20. Se sim, quais despesas você paga?

- () Energia, água, telefone ou internet.
- () Alimentação.
- () Outras. Quais? _____.

21. Considerando a despesa total da família, quantos % dela é de sua responsabilidade?

- () Não pago nenhuma despesa da família
- () Até 10%.
- () Entre 10 e 30 %.
- () Entre 30 e 50 %.
- () Entre 50 e 70%..
- () Entre 70 e 100 %

22. Caso não ajude nas despesas da casa, qual a destinação de seus rendimentos?

- a) Gasta todo o dinheiro.
- b) Gasto parte do dinheiro e guardo outra parte.
- c) Guarda todo o seu dinheiro.
- d) Depende dos gastos do mês.

23. Caso não ajude nas despesas da casa, em que você gasta a sua renda?

- a) Alimentação.
- b) Vale-transporte..
- c) Vestuário

- d) Academia, saúde e bem-estar.
- e) Lazer (balada, cinema, shopping, eletrônicos).
- f) Educação (faculdade, cursos, livros, internet, assinaturas).
- g) Outros. _____.

24. Considerando as finanças da família, existe sobra de dinheiro para objetivos e sonhos da família?

- a) Sim, sempre.
- c) Só em alguns meses.
- c) Não, toda a renda vai para o consumo.
- d) A renda não é suficiente nem para cobrir todas as despesas mensais.

25. A sua família possui membros endividados (com parcelas a pagar)? Se sim, quais?

- a) Apenas eu.
- b) Apenas meus pais ou outros responsáveis.
- c) Ninguém.
- d) Todos os familiares que residem comigo.

26. A sua família possui membros inadimplentes (parcelas já vencidas que não foram pagas)? Se sim, quais?

- a) Apenas eu.
- b) Apenas meus pais ou outros responsáveis.
- c) Ninguém.
- d) Todos os familiares que residem comigo.

27. Quais dos seus familiares possuiu cartão de crédito?

- a) Apenas eu.
- b) Apenas meus pais ou outros responsáveis
- c) Ninguém
- d) Todos os familiares que residem comigo

28. Qual a principal forma de pagamento utilizada as compras da família?

- a) À vista.
- b) A prazo.
- c) Utiliza-se compra à vista e também a prazo.

29. Qual o principal meio de pagamento utilizado por você e sua família?

- a) Dinheiro.
- b) Cartão de débito.
- c) Cartão de crédito.
- d) Carnê.
- e) Boleto.
- f) Outros. _____.

30. Caso aconteça a perda total da fonte de renda da família, por quanto tempo vocês conseguiriam manter o padrão de vida atual?

- a) Nenhum.
- b) De 1 a 3 meses.

- c) De 4 a 6 meses.
- d) De 7 a 9 meses.
- e) De 10 a 12 meses.
- f) Mais de 12 meses.

BLOCO 3: NÍVEL DE CONHECIMENTO FINANCEIRO

31. Como você se sente a respeito dos seus conhecimentos para gerenciar seu próprio dinheiro?

- a) Nada seguro – Eu gostaria de possuir um nível muito melhor de educação financeira.
- b) Não muito seguro – Eu gostaria de saber um pouco mais sobre finanças.
- c) Razoavelmente seguro – Eu conheço a maioria das coisas que eu precisaria saber sobre
- d) Muito seguro – Eu possuo conhecimentos bastante amplos sobre finanças.

32. Onde você adquiriu a maior parte dos seus conhecimentos para gerir o seu dinheiro?

- a) Em casa com a família.
- b) De conversas com amigos.
- c) Em aulas na escola ou universidade.
- d) De revistas, livros, internet, TV e o rádio.
- e) De minha experiência prática.

33. Em relação à sua aposentadoria, qual das alternativas abaixo melhor representa sua situação?

- () Não me preocupo com isso ainda.
- () Pretendo ter apenas a aposentadoria do governo.
- () Faço um plano de previdência/poupança própria para aposentadoria.
- () Tenho planos de começar a poupar para isso.
- () Não vejo necessidade de poupar para minha aposentadoria.

34. Em caso de alguma urgência, qual das aplicações abaixo é a mais demorada para obter recurso (dinheiro)?

- () Poupança ou Fundos de Investimento de curto prazo.
- () Ações ou Dólar.
- () Conta corrente.
- () Bens (Carro, moto, imóvel...).

35. Qual das pessoas abaixo pagaria mais de juros e outras despesas financeiras por ano se elas gastassem a mesma quantia por ano em seus cartões de créditos?

- () Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- () Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro.
- () Luís, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga.
- () Nanci, que sempre paga o mínimo

36. Como você age no seu dia-a-dia quanto ao uso do cartão de crédito (ou agiria se possuísse)?

- () Pago o saldo do cartão de crédito no vencimento.
- () Pago apenas o mínimo do cartão de crédito quando estou sem dinheiro.
- () Pago mínimo todo mês, as vezes pago mais um pouco quando sobra dinheiro.
- () Sempre paga o mínimo.

37. Dirceu e Roberto são jovens que têm o mesmo salário. Ambos desejam comprar um carro no valor de R\$ 10.000,00. Quem pagará um valor mais alto pelo bem?

- ☐ Dirceu, que comprou hoje, financiando o saldo devedor por 24 meses..
- ☐ Roberto, que preferiu poupar por 15 meses, mas comprou o carro à vista
- ☐ Não sei.

38. Se você precisasse do carro daqui a 12 meses, qual a melhor alternativa na sua visão?

- ☐ Ter o carro imediatamente e pagar por ele durante 24 meses.
- ☐ Poupar por alguns meses para comprá-lo à vista, sem dívida.
- ☐ Ficar no meio termo, guardando dinheiro por uns 8 meses e financiando o resto em 8 prestações.